



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018-2022)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 12 DE MARÇO DE 2020

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Delfim Neves
Secretários: Ex.^{mos} Srs. Arlindo Barbosa
 Eláccio da Marta
 Adilson Managem

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 55 minutos.

Antes da Ordem do Dia: — Procedeu-se à tomada de posse de Deputados à Assembleia Nacional.

Após a alteração da ordem do dia, o Sr. Secretário (Arlindo Barbosa) procedeu à apresentação da agenda da ordem do dia e dos expedientes que deram entrada na Mesa.

Em declaração política, o Sr. Deputado Arlindo Carvalho (PCD/MDFM-UDD) teceu considerações sobre a pandemia do coronavírus e apelou ao cumprimento das medidas de restrição impostas pelas autoridades nacionais.

Em declaração política, o Sr. Deputado Sr. Américo Pinto (MLSTP/PSD) congratulou-se com as acções do Governo, felicitou os fazedores do desporto nacional e associou-se ao Deputado Arlindo Carvalho, relativamente às medidas adoptadas no combate ao coronavírus.

Em declaração política, o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira (ADI) criticou as acções do governo a nível económico, social e político e apelou a uma maior coordenação das medidas relativas à pandemia do coronavírus.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD) apelou ao trabalho agropecuário, como meio para o desenvolvimento económico do País.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Amaro Couto (MLSTP/PSD) referiu-se à globalização do coronavírus e das vantagens das medidas de prevenção da doença.

Em assuntos de interesse político relevante, a Sra. Deputada Maria da Conceição (MLSTP/PSD) apelou as autoridades a adopção de medidas para impedir a entrada do coronavírus no Príncipe.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado José António Miguel (ADI) abordou a questão do aumento da criminalidade, da indisciplina e do consumo do álcool, o que poderá pôr em causa o turismo no País.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD) falou do aumento do abuso sexual de menores e da violência doméstica.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira (ADI) referiu-se à falta de abastecimento de água potável e criticou a situação do Hospital Ayres de Menezes.

Em assuntos de interesse político relevante, a Sra. Deputada Filomena Monteiro (MLSTP/PSD), apelou as

autoridades à informação em massa sobre o coronavírus a toda a população são-tomense.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Ekneide dos Santos (ADI), questionou ao Governo medidas transfronteiriças para o combate ao coronavírus e os atrasos no pagamento dos salários.

Em assuntos de interesse político relevante, a Sra. Deputada Beatriz Azevedo (MCI), criticou à falta de saneamento do meio nas ruas da cidade.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Carlos Pinheiro (ADI), questionou a segurança sanitária do País face ao coronavírus.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Danilo Santos (MLSTP/PSD), felicitou o Governo sobre as diligências nas medidas preventivas ao coronavírus.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Marcelo Lopes (MLSTP/PSD), apelou ao pagamento de salários atempadamente na Região Autónoma do Príncipe.

Em resposta aos Srs. Deputados entrevistaram os Ministros da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares (Wuando Castro), da Saúde (Edgar Neves) e do Planeamento, Finanças e Economia Azul (Osvaldo Vaz).

Ordem do Dia: — Foi aprovado na generalidade, especialidade e em votação final global a Proposta de lei n.º 12 – Proposta de alteração da Lei n.º 13, de 6 de Novembro, lei que aprova o Código do IVA. Entrevieram além dos Ministros da Presidência, Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares (Wuando Castro), Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul (Osvaldo Vaz), os Srs. Deputados Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD), Arlindo Ramos (ADI), Carlos Pinheiro (ADI), Amaro Couto (MLSTP/PSD), Domingos Boa Morte (ADI), Levy Nazaré (ADI), Filomena Monteiro (MLSTP/PSD), Abnildo d' Oliveira (ADI), e Danilo Santos (MLSTP/PSD).

Foi aprovado na generalidade, especialidade e em votação final global o Projecto de resolução n.º 66/XI/3.ª/2020 – Cria a Rede dos Jovens Parlamentares de São Tomé e Príncipe.

Entervieram os Srs. Deputados Levy Nazaré (ADI), Abnildo d' Oliveira (ADI), Maiquel Espírito Santo (MLSTP/PSD), Beatriz Azevedo (MCI) e Arlindo Ramos (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 15 horas e 25 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 55 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Cabral Managem
Abnildo do Nascimento **d'Oliveira**
Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos **Ramos**
Alexandre da Conceição **Guadalupe**
Anaydi dos Prazeres **Ferreira**
André Varela **Ramos**
Arlindo Quaresma dos **Santos**
Arlindo Ramos
Bilaine Carvalho Viegas de Ceita **do Nascimento**
Carlos Pinheiro
Carlos Alberto Catílio **Azevedo**
Carlos Vila Nova
Celmira de Almeida **Sacramento**
Domingos José da Trindade **Boa Morte**
Ekneide Lima dos **Santos**
Gabriel Barbosa dos Ramos
Idalécio Augusto **Quaresma**
Joaquim **Salvador Afonso**
Jorge Sousa Ponte Amaro **Bondoso**
José António do Sacramento **Miguel**
José da Graça **Diogo**
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Mário Fernando de Jesus **Rainho**
Paulo Jorge Carvalho
Policarpo Viegas de **Oliveira**
Salcedas d'Alva Teixeira Barros
Sebastião Lopes **Pinheiro**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adelino Cruz José da Costa
Aérton do **Rosário** Crisóstomo
Amaro Pereira de **Couto**
Américo Cravid Pereira **Pinto**
Ana Isabel Meira **Rita**
António das Neves Sacramento **Barros**
Arlindo Barbosa Semedo
Aysa Fortes da **Silva**
Cílcio Sodjy da Vera Bandeira Pires dos **Santos**
Cristina Maria Fernandes **Dias**
Danilo Neves dos **Santos**
Deolindo Luís da Trindade **da Mata**
Elákcio Afonso **da Marta**
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** D'Alva
Gelsa Pinto da **Silva**
Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos
Hélder dos Santos Ceita **Joaquim**
Jaime Pires Sequeira de **Menezes**
Jerónimo Lima Pires **Quaresma**
Maiquel Jackson do Espírito **Santo**
Manuel Vicente
Marcelo Lopes de Andrade Boa **Esperança**
Paula Maria Fonseca **Tavares**

Coligação PCD/MDFM-UDD:

Arlindo Carvalho
Danilson Alcântara Fernandes **Cotú**
Delfim Santiago das **Neves**
Jamiel Joana **Segunda**

Felisberto Afonso

Movimento de Cidadãos Independentes

António Monteiro

Beatriz da Veiga Mendes Azevedo

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, com a verificação feita, confirma-se a presença de 49 Sras. e Srs. Deputados na Sala.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, caros técnicos e consultores, muito bom dia.

Vamos dar início aos nossos trabalhos, com o empossamento de três Deputados substitutos, em representação do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD e do ADI. Peço ao Sr. Secretário que faça a leitura do Termo de Posse.

O Sr. **Secretário** (Elákcio da Marta): — Sr. Presidente, com a sua permissão, passo à leitura do Termo de Posse do Deputado à Assembleia Nacional.

«Aos doze dias do mês de Março do ano dois mil e vinte, compareceram ao Plenário da Assembleia Nacional os Srs. Deputados substitutos Carlos Alberto Catílio Azevedo, Gelsa Pinto Silva e Marcelo Lopes de Andrade Boa Esperança, em substituição dos Srs. Deputados Carlos Manuel Cassandra Correia, Raúl do Espírito Santo Cardoso e António das Neves Sacramento Barros, dos Círculos Eleitorais da Região Autónoma do Príncipe e Mé-Zóchi, tendo os mesmos prestado juramento nos seguintes termos.»

Prestaram juramento nos termos constitucionais.

«E para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai ser assinado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, já assinado pelos empossados e por mim, o Secretário da Mesa que o lavrou.»

O Sr. **Presidente**: — Concluído o acto de posse, vamos dar sequência aos nossos trabalhos.

De acordo com agenda que temos para esta sessão, temos o período de antes da ordem do dia e depois teremos num segundo momento o período de ordem do dia. Antes de darmos início ao período de antes de ordem do dia a Mesa gostaria de propor a plenária a introdução de mais um ponto, o segundo ponto da ordem do dia. Portanto, tem que haver a anuência da plenária por consenso. Não pode nem deve haver 1 voto contra, havendo não se inclui o ponto na ordem do dia.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares em representação do Governo, bom dia. Trata-se de uma solicitação do Presidente da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP), que atualmente é o Presidente do Parlamento Cabo-verdiano, a solicitar aos parlamentos membros da CPLP, no caso de São Tomé e Príncipe, que é membro efetivo, porque se alterou o estatuto, na última reunião da CPLP, aliás na última Assembleia em Luanda, da criação da Rede Parlamentar dos jovens da CPLP. Neste caso, recebemos esse pedido, dado a urgência da questão solicitamos aos Grupos Parlamentares que indicassem os Deputado jovens para integrarem a rede. Reunidas essas condições na base das propostas enviadas pelos Grupos Parlamentares num total de 5 Deputados e suplentes. Por isso, a necessidade de aprovação dessa Resolução que Cria a Rede dos Jovens Parlamentares da CPLP. O Grupo Parlamentar do ADI tem dois nomes dos Srs. Deputados, do MLSTP/PSD igualmente e da Coligação na devida altura anunciaremos esses nomes.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sr. Secretário, devo informar aos Srs. Deputados, que a proposta de resolução está sendo telecopiada para distribuição em folhas avulsas. Está colocada a questão, alguma objeção? Não sendo o caso, podemos aprovar a inclusão do ponto na ordem do dia.

Tem a palavra o Sr. Deputado da Coligação.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD) — Sr. Presidente, consideramos ser uma questão pacífica e não nos opomos a sua introdução na ordem do dia.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, eu pediria aos meus pares do Grupo Parlamentar do ADI para anuírem a proposta.

O Sr. **Presidente**:— Portanto, está aprovado a inclusão do segundo ponto, que será aprovação do projecto de resolução que Cria a Rede dos Jovens Parlamentares de AP-CPLP.

Portanto, retomando os nossos trabalhos no período de antes da ordem do dia, peço ao Secretário que faça a leitura dos anúncios ou expedientes realizados pela Mesa.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, uma vez mais, bom dia. Como sabem os Srs. Deputados, tivemos uma reunião plenária no dia 14 de fevereiro, reunião ordinária do Parlamento, onde a Mesa teria já feito a leitura do expediente e de lá para cá temos três questões novas, da qual passo a leitura desses expedientes. Temos 1 projecto de resolução, por iniciativa da Mesa da Assembleia Nacional, que é a criação da Rede dos Jovens Parlamentares da AP-CPLP do Parlamento São-tomense. Em relação às propostas de lei, temos duas, da iniciativa do Governo, a Proposta de Lei n.º 11, que regula a venda e porte de Armas Brancas e Substâncias de Risco nas vias Públicas, deu entrada a 4 de Março e a Proposta de Lei n.º 12, que é a proposta de alteração à Lei n.º 13 de 6 de Novembro, Lei que aprova o Código de Imposto sobre o Valor Acrescentado, IVA, que deu entrada a 2 de Março de 2020. Sr. Presidente, trata-se dessas três iniciativas que acabei de anunciar.

O Sr. **Presidente**:— Portanto, para o segundo ponto do período de antes de ordem do dia, temos as declarações políticas. Recebemos a solicitação do Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD, do MLSTP/PSD e do Grupo Parlamentar do ADI.

Peço ao Líder Parlamentar da Coligação ou quem este indicar para proferir a sua declaração política.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, indicou-se o Deputado Arlindo Carvalho.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Carvalho.

O Sr. **Arlindo Carvalho** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, bom dia. A Coligação PCD/MDFM-UDD não vai fazer uma declaração política como tal, mas na qualidade de profissional de Saúde, gostaria de falar um pouco sobre a situação de coronavírus. Temos visto nas redes sociais de que devido a eventualmente as altas temperaturas em África, é possível que não ocorra epidemias ligadas a coronavírus, mas é bom estarmos alerta e não confiar nessa informação. Porque é muito provável, hoje ainda se declarou que coronavírus é uma pandemia, provavelmente não haverá países que vão ficar livres disso. Por isso é que todo o cuidado é necessário para que se evite a entrada e a propagação dessa doença em São Tomé e Príncipe.

É uma doença que começa com sintomas muito parecidos com a gripe, sintomas comuns, mas que as complicações são muito cruéis com ataques ao sistema pulmonar e ao sistema renal. Acaba quase sempre, os casos mais complicados, em falência pulmonar e falência renal com deficiência renal. Sabemos quais são as nossas condições aqui, para encerrar uma insuficiência renal ou uma falência renal ou mesmo questões muito mais graves do sistema respiratório. Por isso é importante que a gente se prepare e sobretudo comecemos a implementar todas as medidas de proteção.

Não encaremos isso de ânimo leve, porque se a Europa está como está, com as dificuldades que temos a coisa poderá ser muito mais grave. Neste momento, o que se sabe é que a mortalidade em relação a gripe é 20 vezes maior. Vejam que a bem pouco tempo que começou na Itália, até agora estão quase 700 óbitos, portanto, não é para brincar. Provavelmente eu diria, é bom prevermos coisas muito mais graves para termos uma situação mais confortável, digamos assim. Eu diria até começarmos a plantar para os próximos meses, porque não se sabe o quê que pode acontecer.

Portanto, é esta a intervenção que gostaria de ter, as pessoas sabem quais são as medidas de prevenção, vamos investigar, vamos mudar alguns hábitos que temos. Chega, temos sempre esse hábito de dar as mãos, mas pronto, não estou a dizer para as pessoas não serem corteses. Eu próprio impus esta restrição, mas hoje voltei a não cumprir a restrição que eu me impus. Portanto, é extremamente importante, que a gente cumpra essas medidas de restrição.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**:— De seguida, convido o Líder Parlamentar do MLSTP/PSD ou aquele que este indicar para proferir a sua declaração política.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD) — Sr. Presidente, a nossa declaração política será apresentada pelo Sr. Deputado Américo Pinto.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Américo Pinto.

O Sr. **Américo Pinto** (MLSTP/PSD) — Sua Excelência o Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Excelências, Excelentíssimos Srs. Membros do Governo, caros cidadãos, minhas senhoras e meus senhores: Venho, em primeiro lugar, endereçar as Vossas Excelências, as minhas mais vivas e calorosas

saudações, ao fazer uso da palavra neste palco privilegiado, transmitindo assim o sentimento e a mensagem na declaração política do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

Um partido que apesar das intempéries da sociedade, não tem poupado esforços junto aos partidos de Coligação, nomeadamente PCD/MDFM-UDD, para que através do seu actual executivo possa ir honrando as dívidas públicas, avultadas, contraídas durante a anterior governação, com o procedimento bastante turvo à volta de algumas dívidas externas junto a alguns parceiros, que ainda não tiveram as devidas explicações aos são-tomenses, que irão assumir o seu pagamento por um lado e por outro, resolvendo os problemas prioritários que afligem as nossas populações.

Face a esses desafios, o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD tem acompanhado atentamente o desempenho do actual executivo e aproveita esta ocasião, para congratular com a inauguração do Posto Sanitário de Micoló, a reabilitação e requalificação do mercado da Cidade de Guadalupe, a colocação do novo tapete em betão betuminoso no troço que liga a Cidade Guadalupe a comunidade piscatória de Mouro Peixe, inauguração da transmissão do canal da TVS na Vila de Ribeira Afonso e comunidades vizinhas no Distrito de Cantagalo, a pavimentação das ruas da cidade capital, a melhoria de fornecimento de energia eléctrica, tanto na Ilha de São Tomé, quanto na Região Autónoma do Príncipe, que nesse momento possui o novo gerador e um abastecimento bastante melhorado de energia, não obstante algumas interrupções, devido à manutenção de alguns grupos de geradores e inauguração da delegação regional da Segurança Social entre outras realizações.

O Grupo Parlamentar do MLTP/PSD felicita o Governo pelas informações prestadas à Comissão Permanente da Assembleia Nacional, quanto aos trabalhos desenvolvidos até ao momento e devidamente comprovados, com vista a evitar a entrada no País de coronavírus, atualmente designado também de Covid-19, bem como a criação de condições através de desbloqueamento de um montante de 500 mil dólares dos cofres do Estado, para melhorar as acções consideradas indispensáveis, visando assegurar um controlo eficaz nos nossos portos e aeroportos, tanto em São Tomé, como na Região Autónoma do Príncipe.

Sabendo-se de antemão o risco e o fardo económico e psicossocial que esta pandemia, até representando para os países, onde já se vêm registando vários casos de óbitos. É imperativo que os técnicos de Saúde cumpram com as suas obrigações, de acordo com o Código Sanitário Internacional e que a sociedade seja cada vez mais informada e preparada para agir com a magnitude da responsabilidade, que lhe cabe e lhe é exigida pelas autoridades sanitárias, para evitar a disseminação desta pandemia, caso ela venha a ter lugar no nosso território.

Relativamente às acções do executivo, com vista a aplicar uma grelha de salário mais justa no País e de forma a se evitar vários constrangimentos perante uma mesma entidade patronal, o Estado. Encorajamos o Governo a continuar a auscultação com os parceiros sociais, para que nova grelha salarial da função pública venha a ser um instrumento precioso, fruto de mais amplo consenso possível e corretor dos desequilíbrios sociais e financeiros atualmente existentes na Administração Pública estatal. Pelo que todos envolvidos neste processo, são chamados a darem a sua contribuição sem demagogia, nem espírito de má-fé.

Excelências, no mês de Setembro do ano de 2019, a Assembleia Nacional aprovou a Lei sobre o IVA. Um instrumento que visa cumprir uma das emanações do Fundo Monetário Internacional (FMI), no quadro das reformas fiscais em curso no País e cuja implementação estava prevista, para o início deste mês de Março. No entanto, por falta de condições objectivas, os técnicos e especialistas nesta matéria, chegaram a conclusão de que não seria possível a sua implantação na data prevista. Tendo o Governo anunciado a sua suspensão e acionado os mecanismos junto a Assembleia Nacional, para que seja autorizado o referido adiamento em Plenário, de acordo com a nova projecção dos peritos, razão pela qual nos reunimos hoje para darmos os nossos préstimos, conforme tem sido prática. Independente de algumas discrepâncias que poderá advir em termos de estimativas de receitas fiscais, estamos cientes de que os arranjos de tudo quanto é feito pela primeira vez, são suscetíveis de melhoria o que não impede a devida colaboração do órgão fiscalizador. Aliás, os órgãos de soberania existem para que, no quadro das prerrogativas que têm, em sintonia prestem um melhor serviço a Nação.

Para terminar uma saudação muito especial aos fazedores do desporto ao nível nacional, por ocasião da celebração de mais um 12 de Março desportivo e muito particularmente aos nossos distinguidos atletas que tem levado o bom nome de São Tomé e Príncipe para arena internacional, através do apoio do Governo, o Comité Olímpico São-tomense e aos nossos parceiros que têm proporcionado e acarinhado o desporto em São Tomé e Príncipe.

Que o Senhor Deus nos abençoe!

Bem-haja a todos!

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Líder Parlamentar do ADI para proferir a sua declaração política.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, em alinhamento e respeito pela precedência protocolar quero, em nome do ADI, cumprimentar a todos de modo particular e cada são-tomense, quer no País quer no exterior. Hoje, o mundo convive com uma pandemia de coronavírus que nos preocupa a todos.

Com crescente número de casos no país irmão Portugal e tudo quanto envolve a ligação entre São Tomé e Príncipe e a República Portuguesa, formulamos votos que as autoridades portuguesas tenham sucesso no controlo da situação.

Uma palavra de solidariedade para com a China, para com o povo chinês por ter lidado e a forma como lidou com a situação de coronavírus.

Aos são-tomenses e residentes apelamos à colaboração, no sentido de seguirem as recomendações das autoridades e pedimos que todos possamos intensificar a higiene pessoal e comunitária. Ao Governo apelamos à serenidade, responsabilidade e ao cumprimento rigoroso com o protocolo internacionalmente estabelecido, quer do ponto de vista de prevenção, de despiste, de acompanhamento ou de controlo.

Caras e caros são-tomenses, estamos reunidos hoje numa sessão especial, seria lógico cingirmo-nos apenas à essência da convocação. Mas o momento exige que quebrems algum silêncio e em certa medida o protocolo, como que não fugiremos daquilo que é a nossa marca: a cultura da virtude intelectual. Assim somos chamados, enquanto maior partido político no País, a contribuir com propostas concretas e alternativas credíveis para o bem-estar dos são-tomenses.

Mas, antes da apresentação de qualquer proposta é necessário que todos façamos o devido diagnóstico, sendo certo que está visível aos olhos de todos a difícil situação económica e social com que o País se confronta, é com profunda preocupação que assinalamos aqui essas situações e que ao continuar a assim, o País está e estará num beco sem saídas. É preciso medidas urgentes do Governo, sobretudo da parte dos que o suportam que dêem mostras de sentido do Estado e apresente aos são-tomenses medidas de política para reverter o actual quadro. Não se compreende que um Governo que apareceu como salvador da pátria, em tão pouco tempo, começa com sinais que já não aguenta mais com a carga pesada. Pese embora todas as preces endereçadas à Nossa Senhora das Neves, *Santana Glandji, mém ku bôbô mina klagá nétu, Sama Nanzalé ku Sun Dêçu Padé*, não se compreende, hoje, ver um Governo da República que diz uma coisa, pela manhã, e ao cair da noite, faz a outra.

A título de exemplo: o ministro anuncia o fecho da fronteira, à tarde, o Governo desmente, abertura do Banco por um dia, volta e meia o fechamento, assim por diante. Pois, é preocupante e não se compreende a política externa do País. E a forma como este Governo tem demonstrado e lidado com os parceiros de cooperação, dando mostras de desarticulação, falta de princípio de Estado e definição do que se quer. Preocupa-nos de igual modo e não se compreende o estado de justiça que o actual Governo propôs salvar. O retrato da justiça foi feito ontem. Aqui gostaria de, em nome do Grupo Parlamentar do ADI, felicitar Sua Excelência o Presidente da República pelo discurso, ontem, na abertura do ano judicial.

Preocupa-nos pois, não se compreende, ver um Governo e seus dirigentes, que há bem pouco tempo crucificou o anterior governo e hoje esses mesmos dirigentes já podem dizer de boca cheia que a população está a consumir bebidas alcoólicas em excesso. Preocupa-nos, pois não se compreende. Aqui, não aceitamos o estado da saúde do nosso povo, a condição do Hospital Central e o tratamento que o Governo tem dado à classe médica em particular, e os agentes de saúde, de uma forma em geral.

Preocupa-nos, não se compreende e é vergonhoso ter um Governo que diz querer investir no turismo, mas não consegue requalificar um único Hospital para dar garantias ao povo são-tomense e a todos aqueles que nos visitam. Não se compreende quando esse mesmo Governo inscreve no Orçamento Geral do Estado um valor de 17 milhões de dólares, com o Fundo de Kuwait, fundo garantido e até hoje, o Governo continua no seu paleio e os dirigentes vão ao exterior fazer tratamento e os são-tomenses ficam em São Tomé no sofrimento.

Espero que os são-tomenses escrevam em pedra que alguém conseguira o financiamento para a requalificação do Hospital e que o actual Governo chegou e apenas hoje, é o que se vê. Preocupa-nos, pois não se compreende ver a nossa população a sofrer a cada dia com o aumento do custo de vida, com o aumentar do preço dos produtos. Está à vista de todos, eu não preciso aqui apresentar exemplos. Esse mesmo Governo que tinha esperança renovada, que o povo tinha em si esperança renovada, pois alguém prometeu abaixar tudo. Preocupa-nos ainda e não se compreende os sucessivos atrasos salariais, as desculpas de que o País não tem recursos.

Não se compreende, pois, com ar de profeta alguém apareceu e pressupunha-se ter soluções. Não se compreende e é preocupante a forma como o Governo liderou, lidou e tem lidado com a questão do IVA. É cúmulo e triste ver um Governo da República tão irresponsável que tentou anular uma lei aprovada pela Assembleia Nacional. Não se compreende como é que o Governo paga 200 mil dobras por mês a um advogado de reconhecido mérito na praça pública, mas por assessoria andou descuidado e o Governo meteu os pés pelas mãos, desafiando assim, o Parlamento. A vergonha da República, pois não se compreende. Pois, claro que custa compreender como é que um Governo propõe ao FMI, desde Setembro do ano passado, um calendário e passos a seguir para a implementação do IVA e, de repente, sem explicações concretas, vem anular essa medida?

Mas o mesmo Governo diz ter tido apoio do FMI para, pela, primeira vez, queria eu dizer, ter elaborado o Orçamento Geral do Estado e ter tido apoio do FMI, não obstante ter tido a dívida externa como um bom acordo.

Preocupa-nos, já que o FMI assinou o acordo, apesar das dívidas ocultas, hoje, como incumprimento por parte do Governo o povo quer e precisa saber quais as consequências?

Preocupa-nos, de igual modo, a falta de emprego, a situação da juventude, a crescente onda de criminalidade. Preocupa-nos, esperemos que o Governo nos ajude a compreender os inúmeros pedidos de

férias sem vencimento do sector da Função Pública. Será por falta de trabalho, de incentivo, corte de direitos adquiridos, perseguição política? De todas essas preocupações, o ADI, o povo são-tomense não compreendem como é que um partido histórico como o MLSTP e da grandeza do MLSTP ainda não se deu conta que apresentou e defende um Governo fraco, desarticulado, que compromete o pacto com o povo e compromissos com os parceiros.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Terminamos o espaço das declarações políticas, passemos ao período de intervenção dos assuntos políticos de interesses relevantes.

A Mesa recebeu a inscrição de todos os Srs. Deputados e dos respectivos grupos parlamentares. Portanto, aqueles que entenderem intervir neste período tenham a bondade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UUD): — Sr. Presidente, tenho pouco tempo e por isso vou ser breve. A epidemia de coronavírus que apareceu em alguns países, também tem previsão para o nosso País...

Risos.

Murmúrios gerais.

Sim. Temos que prever no nosso país, no aeroporto e também no porto.

A economia, tanto ao nível interno como externo, baixou e a situação é grave. Quero aproveitar para exortar o Governo para apostarmos na política interna. Não sabemos o que poderá acontecer. Devemos apostar no cultivo de culturas nacionais e cuja produção não seja muito demorada, temos que cultivar a batata-doce e mandioca.

Gostaria de dizer que o Governo está num bom caminho, porque qualquer político que não apostar, que não ajudar para aumentarmos a produção e a produtividade, ele, por mais que fale aqui na plenária, de nada vale.

O Governo não tem uma solução mágica, vai paulatinamente resolvendo os problemas do País.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Líder do MLSTP/PSD.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados. A minha intervenção inscreve-se um pouco no contexto do coronavírus. Para dizer que vivemos num mundo em que as soluções aos problemas facilmente se globalizam. Vimos que o fenómeno surgiu na China e evoluiu, e hoje temos que render homenagem ao povo chinês, ao Partido Comunista da China e ao seu Presidente Xin Gi Ping pelo papel desempenhado na luta contra a epidemia na República Popular da China. E temos que ficar reconhecidos porque a China assumiu todas as restrições que lhes foram impostas. Toda uma população viu-se diante de medidas muito restritivas, mas que assumiu disciplinadamente todas essas medidas. Foram medidas que trouxeram soluções favoráveis notoriamente para a República Popular da China e também endereçar uma moção de solidariedade na medida em que serviram também para assegurar a segurança sanitária de todo o mundo.

O que é importante realçar é que as medidas preventivas são fundamentais. Hoje, vimos o que se passa na Itália, todo um país posto em quarentena, talvez por falta de medidas preventivas apontadas e hoje tem que investir acentuadamente em medidas curativas. Isto para dizer que vivemos neste mundo onde os fenómenos se globalizam rapidamente e, portanto, não está encoberto dos riscos de sermos afectados por esta doença.

Mas em termos de prevenção, gostaria de ver, de ouvir, mais pormenorizadamente o Governo, se fosse possível para saber o que está sendo mais acentuadamente feito, porque preocupa-me um aspecto que para mim é fundamental. Não estou a sentir ainda a comunicação com a população. Se a população deve estar muito bem informada e depois também de quarentena tem que estar muito bem estabelecida, porque muita gente que chega ao país anda à vontade, desloca-se à vontade. Seria bom, se fosse possível, que o Ministro nos pudesse esclarecer quais são os critérios e os procedimentos que se estabeleceu para as pessoas que podem estar em regime de quarentena.

Agora, é muito importante que a população esteja muito bem informada, porque isso ajuda na prevenção da doença, quais são os comportamentos que devemos ter e a partir de que momento é que a comunicação social vai estar insistentemente a formar as pessoas, a transmitir informação para as pessoas, quer através da televisão quer através da Rádio Nacional.

Não sei se o Ministro nos poderia brindar com alguns esclarecimentos nessas matérias, agradeceria, se faz favor.

É uma opinião pessoal.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputada Maria da Conceição.

A Sra. **Maria da Conceição** (MLSTP/PSD): — Tomo a palavra para expor cá uma preocupação relacionada com a situação do coronavírus na ilha do Príncipe.

Sabemos que na ilha do Príncipe temos empresas cujos donos são estrangeiros e, de vez em quando, têm aparecido voos directos para o Príncipe. Quanto à ligação marítima, não confirmo, mas pode ser que haja. É neste sentido que venho cá pedir ao Governo Central, assim como o governo Regional para verem as medidas que podem adoptar para impedir, ou seja, em que medida se pode limitar as viagens que podem constituir um perigo para nós na ilha. Entram sem controlo e para nós é preocupante. Fico por aí.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, tomo a palavra para manifestar a minha preocupação com relação ao aumento de índice de criminalidade no nosso país, o que tem posto em causa a nossa propaganda, ou seja, a nossa vontade de fazer crescer o turismo. Sabemos que a criminalidade não combina com o turismo, porque as pessoas a partir dessa altura começam a ter receio de utilizar São Tomé e Príncipe como destino, uma vez que se verifica o aumento da onda da criminalidade e de forma pouco antes visto na nossa República.

No entanto, o Governo, através da Polícia, avançou com um comunicado que reconhece que, dentre outras causas, a questão do aumento do consumo de álcool e a questão da falta de autoridade do Estado. É bom! É muito bom, quando o Governo reconhece que não há, de facto, autoridade de Estado e que o País está como está e ninguém respeita ninguém. Ainda bem, porque no comunicado, o Comando da Polícia reconhece isso e tanto é que depois diz: é preciso repor a autoridade do Estado. Só se repõe aquilo que não existe, não é? Então, é uma situação. Estão a dizer que é preciso repor a autoridade do Estado.

Outra questão tem a ver com o aumento do consumo do álcool. Reparem bem que nas últimas eleições, a bandeira, a propaganda que contribuiu para levar a actual maioria ao poder foi exactamente a questão do consumo do álcool. E agora já estão a reconhecer que é de facto necessário tomar medidas com relação a essa questão do consumo do álcool. É bom! Embora seja costume dizer: «mais vale tarde do que nunca», não é? Já estão a reconhecer que de facto é preciso fazer alguma coisa para travar essa situação. Mas, aqui também, no âmbito das medidas avançadas pelo Governo, através do comando da polícia, fico preocupado e começo já a chamar atenção do Governo, no sentido de ter em atenção com essas medidas para não pôr em causa a liberdade de circulação e de movimentação das pessoas, porque é preciso adoptarmos algumas medidas, mas, antes precavermos a questão que tem que ver com a liberdade também das pessoas.

Fico por aqui, muito obrigado pela vossa atenção.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Líder Parlamentar do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Srs. Consultores, um bom dia especial a todo o povo de São Tomé e Príncipe e todos os cidadãos estrangeiros que aqui estão.

Sr. Presidente, a minha primeira preocupação tem a ver com a marcha que foi organizada pela sociedade civil, no dia 6 de Março em que o foco era dar um grito de basta! O abuso sexual contra menores e violência doméstica.

Eu, por outros motivos, não pude estar presente na marcha. Mas acho que isso deve ser uma preocupação de todos nós, Deputadas e Deputados. Aqui geralmente diz-se a mulher é mãe. Ela é irmã, etc. Nós, os homens, somos pais, filhos, sobrinhos, tios, etc. Portanto, a responsabilidade que temos em relação à uma matéria como essa não é menos que as mulheres têm em relação a essa matéria. Portanto, o meu apelo é que todos nós possamos encontrar uma forma de juntos combatermos esse acto bárbaro que é o abuso sexual de menores e o outro aspecto que temos que repudiar também é a violência doméstica. Não se pode perceber, num país como nosso que sempre foi pacífico que as pessoas comecem de algum tempo a esta parte, mas a divulgação está sendo muito presente, a importar ou a exteriorizar práticas que em nada contribuem para o nosso bom nome, enquanto são-tomenses que somos. Portanto, fica já o meu repúdio, o repúdio do meu Grupo Parlamentar em relação a essas práticas e a nossa convicção em contribuir de alguma forma para tentar estancar esta prática nefasta para a nossa sociedade.

Sras. e Srs. Deputados, tenho alguns aspectos que assinalai para rapidamente tocar. Acompanhei uma entrevista em que se falava de férias sem vencimento na Função Pública e acompanhei de igual modo a citação que foi feita na comunicação social sobre aumento da criminalidade. Gostava sinceramente de desafiar as pessoas para apresentarem esses dados, mas de forma cronológica. Deveriam apresentar o período de tempo a que corresponde cada uma dessas coisas. Quando é que se registou o maior pedido de férias sem vencimento? Que período? Que ano? Para a gente saber como analisar, porque dizer que aumentou, é dizer, fica a faltar dados concretos referente a que período do ano? Para sabermos e cada um começar a pôr a mão na consciência e saber onde está a falha. Digo isso em relação ao pedido de férias sem vencimento, digo isso em relação ao aumento de casos de criminalidade no País. É importante que as autoridades reportem a isso.

Outro aspecto, rapidamente que tenho a frisar, prende-se com a mudança da TV de analógica para digital. Senhoras e senhores, povo de São Tomé e Príncipe, o Secretário de Estado da Comunicação Social já falou sobre isso, mas não custa nada voltar a dizer: a televisão que cada um são-tomense e cada uma são-tomense tem em sua casa vai continuar a ser útil. Não vai deixar de funcionar. Não se deixem levar por aquelas ondas de pessoas que estão a infestar o cérebro das pessoas, dizendo que a televisão não vale nada. Um apelo rápido à Comunicação Social, é para cortar aquele anúncio que estão a passar também que de alguma forma pode ser aproveitado pelos de má fé para incutir o erro na cabeça das pessoas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Tenho três pontos que considero, assunto nacional, sou muitas vezes acusado enquanto oposição de não elogiar o Governo. Mas aqui gostaria de aproveitar 2 minutos para elogiar o Governo porque está a inaugurar muitas obras que o anterior Governo lançou, é bom!

Risos do ADI.

É bom felicitar o Governo pelo *tapamento* dos buracos na capital. Para o turismo é bom porque a cidade capital já pode candidatar-se para rali Paris-Dakar, muita areia, muito pó, portanto, Sr. Ministro, as minhas felicitações.

Estamos a falar hoje de coronavírus, a questão da saúde. Não podemos exigir muito a população que faça uma boa higiene se não proceder ou conferir a essa população o abastecimento de água potável e com qualidade.

Temos uma série de dificuldades no abastecimento de água. Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, meu amigo, aliás a EMAE inaugurou a grande obra de abastecimento de água, cujo depósito está em Milagrosa que abastece a população do corredor de Cruzeiro até Praia Melão. Tecnicamente há um ramal que saiu para Trindade, mas até hoje a população de Piedade Trindade tem limitações de água, a população de S. Maria, S. Fenícia têm graves situações de abastecimento de água.

Gostaria de enumerar aqui, mas o tempo do meu grupo parlamentar é pouco, mas compreenderá que esses dois exemplos, de uma forma geral Mé-Zóchi está com graves problemas de água, se estamos a apelar a população para proceder a higiene, é necessário água com qualidade.

O cerne da minha intervenção é sobre a questão da saúde. A saúde concretamente o nosso Hospital Central.

Tive uma experiência pessoal, levei um parente próximo ao Hospital, quero confessar, se tiver uma situação para recorrer ao Hospital, acredito que dificilmente irá, está traumatizado. O nosso Banco de Urgência, a situação em que está, a pessoa acompanhou uma criança e naquele mesmo dia houve um óbito. Naquele mesmo espaço estavam doentes de várias situações a conviverem com o óbito. Penso que a nossa prioridade, além de tudo, devemos inscrever a saúde como a prioridade das prioridades.

Se o anterior governo fixou energia, água e o esticar dos fios, Sr. Ministro, precisamos, com a saúde, não se brinca. Aqui quero render homenagem aos técnicos da saúde que muitas vezes são acusados de negligência, mas às vezes é por falta de apoio técnico, da própria logística que esses médicos não têm.

Poderão acusar-me de ter estado durante quatro anos, é uma boa crítica. Acontece que nos últimos quatro anos fizemos tudo e com o fundo do Kuwait, dinheiro disponível, Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul que não me deixe mentir, está inscrito uma verba do Fundo do Kuwait no Orçamento Geral do Estado.

Veio uma delegação daquele fundo dizer que o dinheiro está disponível e até hoje não temos o Hospital em condições, não se sabe quando se irá iniciar as obras e a população está a sofrer. Quero, uma vez mais, pedir ao Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul e aos Srs. Deputados que estão a resmungar, cada um no seu lugar, que venham cá desmentir o que estou a dizer.

Temos doentes internados que os familiares terão que ir para fora para adquirir os medicamentos para trazer para os doentes, a situação é grave...

Vozes do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD: — Isso é de hoje?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Digam o que quiserem dizer, que não é de hoje concordo, mas será que vamos continuar assim?

Murmúrios.

Alguém veio para fazer melhor, não faz porquê?

É nessa esteira que peço a todo o Povo São-tomense e as Sras. e Srs. Deputados, isso não nos deve colocar numa situação de divergência, devemo-nos convergir, independentemente do erro que o outro fez, é necessário que quem tem autoridade, quem tem poder, quem tem faca e queijo na mão agora, faça. Há disponibilidade financeira, não sabemos o que se passa com este fundo e a população está a sofrer.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira, para fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, apenas para pedir o beneplácito na condução dos trabalhos porque quando os outros Deputados intervieram sempre mantive-me em silêncio a observar. Na minha intervenção, houve muitas interferências para desestabilizar.

O Sr. **Presidente**: — Temos estado a pedir silêncio, a bater o martelo, tanto mais que o próprio Regimento prevê alguns murmúrios desde que não perturbe a intervenção dos Srs. Deputados.

Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Monteiro.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Ministros, Sras. Srs. Deputados, bom dia.

Tomo a palavra para pedir aos meus colegas que temos que ser coerentes. Claro que tem havido intervenções e as pessoas se esquecem, como Deputados que somos, passamos pelo país e temos que ver o passado, para fazer o presente e perspetivar o futuro.

Já que está na Sala o Sr. Ministro da Saúde, alguém aqui já falou e volto a falar, relativamente ao caso da pandemia que tem estado a assolar vários países.

O nosso país é vulnerável e as medidas de prevenção, pelo que sinto, a população não tem sido informada devidamente. Há toda a necessidade, volto aqui a dizer, de haver agentes a passar por bairros, vilas, cidades, informando as pessoas porta a porta as medidas de prevenção.

Se o Governo desbloqueou verba, mesmo que seja pouca para informação tem que disponibilizar mais verba porque do jeito que a sociedade está as pessoas tem que estar informadas, partindo dos mercados até o mato dentro do País, por favor estamos a pedir, porque o País é vulnerável.

Por mais meios que coloquem no aeroporto, reconhecemos a nossa fragilidade em termos da Saúde. Volto a pedir aqui desta tribuna que passem informação para todo o País para que as pessoas conheçam na realidade e saibam da gravidade desta mesma doença.

Quanto a criminalidade, quero falar para alguns Deputados que falaram aqui, claro que desde 2017 que já se tem registado. Cada ano que passa tem havido um aumento de casos. O Governo tem que ver medidas de reforço, relativamente a este aspecto.

Nomeu grupo parlamentar, falei dessas medidas, da estratégia que se tem pensado para fazer regredir esta situação. Diariamente ouvimos casos de violência doméstica familiar e não só, temos estado a ouvir a nível do País e sabemos que tem aumentado e quase nada se tem feito.

Espero bem que aquilo que o Sr. Comandante-Geral falou que na realidade as medidas sejam acionadas em termos de reforço para diminuir os casos de violência.

Sabemos que a nível do Tribunal pouco se tem feito quanto a este aspecto. Falamos isso porque fizemos uma visita a Cadeia Central e diariamente ouvimos que tem havido muitos casos de violência, mas quando fomos lá ver, observar in loco apenas um detido sobre o caso de violência doméstica familiar. Quer dizer que as coisas não chegam ao Tribunal, ou param no Ministério Público, ou na Polícia Judiciária, não sabemos. Informações ou explicações têm que ser dadas para estarmos dentro do assunto.

Quanto ao álcool, toda a gente sabe que a população tem estado a consumir muito álcool, não é de hoje. Para quem assistiu o fórum que tivemos ao nível nacional, apresentaram através do gráfico o consumo de álcool no País, foi em 2011 e neste Palácio dos Congressos, assisti.

As pessoas estão a falar, falam sim, mas temos que ver como a mensagem foi passada para a população. Em 2018, como o Governo passou a mensagem para população, isso é que se tem que ver. Claro que é o Governo que tem que delinear estratégias, as medidas para tomar, mas como a mensagem foi passada a população?

A maioria dos Deputados está contra a forma como as pessoas têm estado a consumir o álcool. Que elevem o valor das bebidas a um preço que as pessoas não possam consumir.

Para mim é isso que se tem que fazer, mas temos outra vertente que é a cacharamba, o que estamos a pensar sobre o consumo desta bebida no País?

Se proibirmos a entrada do vinho, whisky, sim, e a cacharamba? Que medidas já se pensou em tomar, relativamente a cacharamba?

Portanto, é um trabalho nosso, não obstante a parte de fiscalização, mas temos que apresentar proposta sobre a Mesa para o Governo sanar esta situação. Não quer dizer que vamos pegar porque o povo castigou ou falou, porque o anterior governo tomou medidas ou falou do uso exagerado de álcool, isto tem a ver com uma mensagem que foi passada para a população. Do jeito que ele chamou o povo...

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — *Falou com o microfone desligado.*

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Então vem para aqui, Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira, vem chamar outra vez. É isso que digo para fazer. Temos a consciência que o nosso papel é propor, fiscalizar e tomar medidas. O Governo tem que tomar medidas porque tem a governação nas mãos. Há vários aspectos que o Governo pode tomar medidas para diminuir o consumo de álcool. Apenas actuar, fazer as coisas para que as pessoas consumam menos o álcool, desde prender as pessoas só por três dias, começar a trabalhar o cemitério já ajuda muito para as pessoas não consumirem o álcool.

Murmúrios do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ekneide dos Santos.

O Sr. **Ekneide dos Santos** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados, bom dia.

Peço, mais uma vez, a palavra para falar desta pandemia e felizmente esperemos que ela não chegue a São Tomé e Príncipe, mas a minha maior preocupação vai no sentido de a ligação que temos com cerca de 12 voos semanais com Portugal. Sei que ninguém quer falar disto, ninguém quer tocar porque sabemos da ligação que temos com Portugal.

Temos seis voos directos com Portugal, por via Cabo Verde mais dois e via Luanda quatro voos, no total 12 voos com Portugal.

Sr. Ministro, em Portugal tem estado a aumentar o número de casos, hoje, salvo erro, deve estar por aí cerca de 90 casos e cerca de mais de 400 pessoas em quarentena.

Que medidas vamos tomar, relativamente a esta questão?

Sei que vai ser difícil a ligação que temos com Portugal, desde educação, saúde, abastecimento, tudo, mas também não podemos de maneira nenhuma correr certo risco.

É algo que ninguém quer tocar. Sei que as pessoas não querem falar disso... Porque toda a gente sabe a ligação que temos hoje com Portugal.

Portanto, quero perguntar ao Governo, quando é que vamos actualizar a lista de países com entrada em São Tomé e Príncipe?

Estamos a proibir países como Irão, não sei quando é que um iraniano vai chegar a São Tomé. Irão, também, é importante, sim! Vamos ser claros e honestos. É mais provável que venha um italiano para São Tomé e Príncipe. Não estou a falar da cidadania portuguesa. Falo de alguém que está em Portugal, mesmo um cidadão nosso, temos que prever essa situação, para que não seja tarde, como disseram aqui todos os Deputados que me antecederam.

Outra questão importante que quero perguntar ao Governo, aqui o Sr. Ministro está cá. Será que estão a cumprir com aquilo que foi estipulado sobre a questão das pessoas que vêm de determinados países? Foram proibidos, estão a cumprir mesmo a quarentena?

Temos informações que há pessoas, há cidadãos provenientes de muitos países que foram proibidos, mas têm entrada em São Tomé e Príncipe, e não estão em quarentena. É um risco para o País. É um risco para os próprios familiares dessas pessoas! Não estamos a dizer que as pessoas têm vírus. Estamos a falar de prevenção. Será que estamos a cumprir?

A Deputada da Região Autónoma do Príncipe disse aqui e muito bem! Há voos directos para a Região, com estrangeiros de várias nacionalidades. Se formos ver o histórico, hoje, das entradas no nosso país, de pessoas provenientes de vários países e de várias nacionalidades, de certeza que há muitos que deveriam estar em quarentena. Será que estamos a cumprir? Por último, ainda, sobre essa questão, gostaria que o Governo aumentasse a campanha de sensibilização às populações. A sensibilização é muito importante, como disse aqui a Sra. Deputada. Informação às pessoas, o que poderá ajudar muito na prevenção. Sabemos que não temos condições, somos um país com fracos recursos financeiros, de logística e se tivermos isolados do mundo, pior ainda.

Portanto, é esta a questão que trago. Por último, Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, a minha maior preocupação é relativamente ao atraso no pagamento dos salários. Este atraso tem repercussões para as pessoas que têm compromissos com os bancos. Têm estado a pagar juros. Sei que uma das questões, que tem a ver com o atraso dos salários, está relacionada com as Finanças, relativamente aos procedimentos. É algo que leva algum tempo, mas que visse juntamente com as Finanças, se pudesse acelerar ou antecipar as folhas salariais, desde o dia 20, 21 e 22, para que, no dia 1, as pessoas já pudessem ter o seu salário no banco, e evitasse que pague mais juros, mais taxas, porque reconhecemos que os juros e taxas dos bancos comerciais não são poucos. Os Srs. Deputados sabem disto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Beatriz de Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — O que me leva a intervir é a ver com a paragem de táxis que fazem o trajecto cidade capital à zona Sul, que abarca Cantagalo, e Caué. É preocupante a quantidade de lixos naquele espaço, nas proximidades das Artes Gráficas. Há uma certa quantidade de água, não sei se provém da fossa, só sei que é uma água suja que sai do Matador, onde não tem consumidor. A água escorre e inunda todo aquele recinto. Nós que somos passageiros, que apanhamos táxi naquela paragem, ficamos horas a fio à espera que o táxi atinja a lotação. Cheguei a ver moscas, que nunca tinha visto em São Tomé, são moscas castanhas. Todas espécies de moscas estão naquele lugar. Por isso, o apelo que eu trago, Sr. Ministro, a saúde pública está em risco. Faço apelo, em nome da população que faz daquele espaço o local do seu ganha-pão, pelo menos uma limpeza. Há lixos que já lá estão há mais de um mês. Não se limpa o espaço.

Apanho táxi de segunda à sexta-feira. Fico naquele espaço, não só eu, como as peixeiras que têm que se deslocar. O táxi transporta, entre outras mercadorias, o peixe. As peixeiras vêm-se obrigadas a pagar alugueres de moto carrinhas, de modo a fazerem chegar o seu produto ao Mercado Municipal. É cansativo. É muita despesa. Por isso, Sr. Ministro, venho cá, em nome da população da zona que eu já mencionei, pedir que faça alguma coisa por nós. Somos sempre os mais prejudicados, mesmo quando estamos fora do

nosso distrito. Gostaria que a reabilitação das ruas e as vias de acesso à capital fossem feitos com urgência. Não podemos, de maneira nenhuma pagar por aquilo que não fizemos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, a minha intervenção é simplesmente para pedir a Sua Excelência o Ministro da Saúde, já que está cá, tendo em conta que temos défice de informação sobre esta pandemia coronavírus, se ele pudesse, com a permissão da Mesa, fazer aqui uma comunicação, uma informação a todos os Deputados e à Nação sobre a situação actual em termos de segurança sanitária do País. Quais são as condições que já foram criadas? Porque muitas vezes ouvimos, não temos a certeza das informações. Ouve-se que há pessoas em quarentena, há estudantes que entraram, etc. Uma população informada é uma população segura, então o meu pedido é que o Sr. Ministro fizesse aqui um esclarecimento, de forma que as pessoas pudessem estar informadas e até mesmo com conhecimento da atitude preventiva, a forma como devemos comportar em relação a esta pandemia.

A questão do álcool também me preocupa. Quero pedir ao Governo para estudar bem as causas, porque um dos problemas é o acesso fácil ao álcool. Produzir algo, no país, com teor alcoólico de 40% e a um preço de 5 a 10 dobras, é claro que haverá problemas de consumo de álcool e que vai causar problemas colaterais. Quem produz álcool deve estar devidamente credenciado e com conhecimento e o preço do álcool tem que ser correspondente à sua percentagem.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, tenho duas notas: uma com relação ao coronavírus e outra em relação à proposta de reforma salarial.

No que concerne ao coronavírus, quero felicitar o Governo, na pessoa do Sr. Ministro da Saúde pelas medidas, mas podemos e devemos melhorá-las. Um particular apelo ao Sr. Ministro que eu sei que tem tido a preocupação, com relação à Região Autónoma do Príncipe, mas é preciso redobrar os esforços. Se for preciso, é inevitável restringir o acesso dos aviões à Região Autónoma do Príncipe, não tenhamos receio. Porque ouvi um Sr. Deputado aqui abordar a liberdade de circulação de pessoas. Temos assistido pelo mundo fora, todos a serem restringidos. Tratando-se duma causa maior pela salvaguarda de todos, se for necessário restringir, que restrinjamos sim!

Uma voz: — O quê?

Sim, que restrinjamos! Não tenhamos a menor dúvida.

Uma voz: — Só para Príncipe?

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — É Nacional! Sr. Deputado, particularizei Príncipe, porque tem havido voos directos também para o Príncipe, particularmente vindos do continente. É preciso nos acautelarmos.

São Tomé já está com algumas medidas. O Príncipe já as tem, mas, nunca é demais.

Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, felicito Vossa Excelência, por seu intermédio o Governo, pela coragem que teve em dar o primeiro passo na reforma salarial.

É natural, tratando-se do primeiro passo, muitos aspectos têm que ser melhorados e corrigidos. Apelo e alerta ao Sr. Ministro para a necessidade de envolver o número máximo de cidadãos neste debate, para que o trabalho final seja pacífico, de consenso e de uma aplicação equilibrada e justa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Marcelo Lopes.

O Sr. **Marcelo Lopes** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, tomo a palavra, pela primeira vez neste púlpito, é para reforçar aqui no que concerne à ilha do Príncipe. Falou aqui um colega Deputado, relativamente ao atraso no pagamento do salário.

Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, isto, de facto, está a causar muitos problemas aos funcionários públicos e na ilha do Príncipe é pior que São Tomé. Pelas informações, o salário é pago antes em São Tomé e só depois na ilha do Príncipe. Gostaria que o Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, nos dissesse quando é que o valor é transferido para a Região Autónoma do Príncipe e quando é que se tem de efectuar o pagamento? Porque é que pergunto isso?

Pelas informações que tenho, às vezes, o dinheiro chega a ilha do Príncipe e tem que sofrer uma alteração. Há um processo, por causa de algumas coisas que têm que ser organizadas. O que está a causar muita confusão na ilha. Uma vez falei com o Primeiro-Ministro, pedindo que fizesse enviar uma equipa do Governo Central para uma reunião com a população e para passar essa informação. A informação está a ser deturpada e não podemos continuar com essa situação. Apelo ao Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, que arranje uma forma, a fim de resolver essa situação, por um lado.

Por outro lado, quero fazer alusão à delegação da Comunicação Social na Região, cuja situação é lastimável em termos de transporte. É uma vergonha. Porque é que eu digo isso? Porque os fazedores da comunicação social transportam câmaras na motorizada. Apelo ao Governo à criação de condições neste sector.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares** (Wuando Castro): — Sr. Presidente, como desconfiávamos que nesta sessão, a questão de coronavírus seria bastante debatida, no período de antes da ordem do dia, convidei o meu colega, o Ministro da Saúde para estar presente, de forma a prestar informações mais precisas. Portanto, passaria a palavra ao Sr. Ministro da Saúde e também, aproveitando a presença do Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, posteriormente também poderá prestar algum esclarecimento, sobretudo no que tange ao Fundo Kuwait.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Saúde.

O Sr. **Ministro da Saúde** (Edgar Neves): — Devo dizer que a iniciativa de vir cá, não foi uma chamada da Assembleia. O Governo, na minha pessoa, é que tomou a iniciativa de vir e assim faremos todas as vezes que julgarmos necessário.

Tivemos na semana passada um encontro de esclarecimento bastante frutífero com a Comissão Permanente da Assembleia Nacional. Faremos encontros com outros Órgãos de Soberania, sempre no sentido de dizer que isto é uma luta em que todos temos que ter um mesmo grau de engajamento. Srs. Deputados têm as suas responsabilidades, enquanto cidadãos, os outros órgãos de soberania, a mesma coisa. As medidas têm que ser cumpridas por todos.

Tenho dito, neste momento, do cenário que temos da pandemia, que foi declarada ontem, pela Organização Mundial da Saúde, é para mim como uma equação e em qualquer equação há um sinal que se chama sinal de igualdade. E nós hoje somos o sinal de igualdade nesta equação. Ouvei muito atentamente, como sempre faço, as intervenções dos ilustres Srs. Deputados, e foram várias, mas tratei também de condensá-las, porque muitas delas tocavam no mesmo assunto. A iniciativa da vinda cá, centra-se sobretudo na questão do coronavírus. A epidemia tem que ser vista de forma sistémica, quanto aos mecanismos de resposta, ou seja, o Serviço Nacional de Saúde tem que estar mais fortalecido para fazer face a eventuais situações mais complicadas. Dentre os aspectos levantados, há um que considero central, a comunicação. Nós não temos receio das críticas, dos comentários e dos elogios, achamos que nem precisamos do elogio nenhum, o que fizemos até agora e continuaremos a fazer é nossa obrigação e tentaremos sempre fazer o melhor, com toda humildade de sempre. Não somos aqueles que se consideram os donos do saber, pelo contrário. Desde última reunião da Comissão Permanente aproveitámos muitos ensinamentos.

Vou dividir a minha intervenção. Isto como devem imaginar, tenho tido uma agenda, diria infernal! O encontro que já alterei por duas vezes foi precisamente com a comunicação social. Estava para às 10 horas, passou para às 11 horas e agora vai ser às 11 horas e 30 minutos, mas vou ter que fazer!

Em relação aos três aspectos, dizia aquilo que se desenvolveu, desde momento em que foi declarado o estado de emergência de saúde pública, começamos por tomar as primeiras medidas. É importante dizer que nessas situações, as medidas vão sendo tomadas em função da evolução da pandemia. As medidas não podem ser precipitadas, nem automaticamente comparadas com outros países, com outras realidades. Temos que adaptá-las à nossa situação, seguir de perto e através dos meios de comunicação mais seguros, que neste caso guiamos sempre como o parceiro incontornável que é a Organização Mundial da Saúde. O que se está a fazer na cochinchina, isto sim senhor, perfeito. Temos que fazer, aquilo que temos que fazer aqui sob as orientações e conselhos da Organização Mundial da Saúde.

Houve, logo de início, um comunicado onde vinham espelhadas as medidas básicas que devem ser tomadas sempre. Elas parecem relativamente simples, mas são muito importante a lavagem correcta das mãos, porque muitas vezes as lavamos mal, entre outras.

Depois dividimos, à medida que a evolução foi-se dando, o número de casos a aumentar, no epicentro da epidemia, naquela altura, a cidade de Wuhan, no Distrito de Hubei, houve uma comunicação conjunta feita por mim e o Sr. Embaixador da República Popular da China. Dias depois, outra comunicação, juntamente com a Sra. Representante da Organização Mundial da Saúde. Promovemos, através dos Ministérios da Educação e Ensino Superior e da Saúde, o encontro não menos importante, com os pais e encarregados de educação dos nossos estudantes que estão na China, particularmente na cidade Wuhan. Isto porque estava a desenvolver-se um alvoroço quanto em fazer vir os estudantes. Dissemo-lo, a medida correcta é mantê-los lá, porque estão em devida quarentena e hoje já nos dão razão. Os pais compreenderam perfeitamente.

Atacar de seguida os pontos de entrada: aeroporto, porto, como primeiro passo de ataque. Medidas foram tomadas, estão sendo tomadas, continuarão a ser reforçadas, sobretudo no domínio do controlo da higienização individual da avaliação térmica e os passos todos que devem ser dados; o seguimento dos

viajantes. Reparem que eu não utilizo o termo passageiro, mas sim viajante porque temos que incluir neste processo a tripulação.

Este exercício, tratamos de o publicitar, em jeito de simulacro, para testar, corrigir e vermos onde se está a falhar. Detectámos que estamos a melhorar, tomamos a mesma medida em relação ao porto. As nossas equipas, sobretudo as de vigilância epidemiológica, estão no terreno. Reforçamos as equipas. Teremos que as reforçar ainda mais, de maneira que passando mensagens educativas e de orientação daquilo que deverão fazer em diferentes situações que possam vir a surgir.

A quarentena pode ser feita em casa, no fundo é uma medida básica de protecção. Não estamos a falar de pessoas suspeitas, mas daquelas que eventualmente tenham estado num ponto ou haja algum elemento técnico que nos possa pesar e levar as pessoas a quarentena.

Devo dizer que esses conceitos variam, não são fixos. A classificação de casos suspeitos, hoje, pode ter uma classificação, amanhã ter outra, os critérios são muito dinâmicos, não é algo rígido, é algo que se vai adaptando em função da realidade.

O isolamento já é uma situação mais próxima da identificação da doença, como diz a própria palavra, num espaço protegido onde a probabilidade de contágio tem que ser reduzida a quase zero.

Entretanto, continuamos a fazer os exercícios de comunicação a toda a sociedade através de quê?

Tivemos um encontro muito importante com o corpo diplomático. Estamos inseridos no mundo. Há missões e países todos que cooperam connosco, uns mais outros menos, em termos de distância e de contactos mais ou menos directos, para passar uma mensagem de qual era a nossa posição. No dia seguinte, o Governo fez sair uma resolução dizendo quais eram as medidas, na altura, de restrição.

De momento, não aparece nenhum país mencionado na resolução, o que aparece é o aconselhamento veemente de movimentos migratórios, daqui para o exterior e vice-versa. Caso tenha alguma situação em que o viajante venha de um de lugar onde o nível da epidemia seja mais alto, a probabilidade é sempre maior e as medidas são tomadas caso-a-caso. As missões diplomáticas tinham que transmitir essas mensagens aos seus países para que eles a partir de lá já saibam que podem estar sujeitos a quarentenas ou outras medidas mais restritivas.

Isto, às vezes, a diplomacia é muito importante e é bom termos alguma cautela nessa comunicação. Fizemos um exercício parecido com todas as agências internacionais, a OMS, UNICEF, FNUAP, Banco Mundial, BAD, todos os parceiros, no sentido de passar a mesma mensagem e dizer quais eram as medidas até aquela altura.

A própria resolução contempla um ponto que pode mudar em função da evolução da epidemia e provavelmente tudo indica que irá mudar.

Fizemos ainda ontem um exercício muito interessante com as câmaras distritais, as confissões religiosas, com a sociedade civil, com uma parte dos profissionais da comunicação social, com a ENASA, INAC, ENAPORT, no sentido de unificarmos os conceitos e dizer as medidas que estão a ser implementadas. Cada uma dessas agências são veículos, todos somos veículos hoje de comunicação e deve ser bem criteriosa, bem definida para evitar especulações como infelizmente às vezes somos bombardeados por informações completamente disparatadas nas redes sociais.

Aconselho-vos que sigam as informações oficiais, particularmente as vindas da OMS e outras agências de ponto de vista técnico como ICAO, IATA, que tem a ver com aviação civil, são muito mais específicas.

Hoje, ao sair daqui terei o tal encontro mais técnico com a comunicação social, é verdade, temos que intensificar mais a passagem de mensagem na rádio, televisão, STP-PRESS, produção mais intensiva de panfletos, desdobráveis, cartazes, tudo. Vamos utilizar todos os meios possíveis para divulgar ao máximo as mensagens.

Vou depois reservar um espaço só para a Região Autónoma do Príncipe.

Srs. Deputados, são essas as grandes medidas que estaremos disponíveis a vir todas as vezes, por iniciativa própria ou se formos chamados a qualquer hora e a qualquer momento para esclarecimentos.

Esta é uma luta que vai muito além do Ministério da Saúde, do Governo, dos Órgãos de Soberania, pois têm que se envolver directamente nisto. Na resolução, impedimos viagens ao exterior, sobretudo para os países onde o nível epidémico era alto. Impedimos, porque temos poderes para o fazer, os funcionários públicos.

Gostaríamos que o mesmo acontecesse aqui nesta Assembleia, as medidas têm que ser iguais para toda a gente e temos informação que aqui na Sala ou familiares de pessoas têm pedido de passaporte feito para sair, não temos poder, mas apelamos para o cumprimento das medidas.

Conjuntamente, acredito que este encontro irá acontecer muito urgentemente ao nível de todos os Órgãos de Soberania, para que as medidas sejam iguais para toda a gente. Os funcionários comuns não podem sair, nós também não, salvo situações excepcionais, algo que seja inadiável porque há coisas que podem ser adiadas, se não fizermos agora, faremos amanhã, em Setembro ou Outubro sem quaisquer prejuízos.

Pessoalmente tenho uma série de coisas, mas não sai para lado nenhum porque são situações que podem ser feitas posteriormente, mas como disse há excepções e reparem que a evolução da epidemia, onde o epicentro foi-se deslocando para a Europa, hoje temos uma porta de entrada importante que é Portugal, é praticamente a nossa porta para o resto do mundo a nível da Europa.

A nossa equipa técnica está a trabalhar, interrompi para vir cá, para muito brevemente, em função do dados que temos, anunciarmos medidas mais restritivas. Não podemos precipitar e tomarmos medidas

desproporcionadas, nem desenquadradas da nossa realidade, mas temos que apertar o cerco. Não é depois do ladrão estar dentro da casa que vamos trancar as portas.

Srs. Deputados, sobre a Região Autónoma do Príncipe, estamos em contacto permanente com as Autoridades Regionais. Há uma equipa técnica composta por uma técnica infeciologista e outra da vigilância epidemiológica que estarão na Região Autónoma a partir de amanhã, outra parte da equipa e eu estaremos na próxima semana. Ouvimos aqui as preocupações dos Srs. Deputados, a coordenação é fundamental e tomaremos as medidas que tivermos que tomar.

A questão dos voos que vão directamente ao aeroporto do Príncipe, há outras questões, a própria comunicação social onde está neste momento a fazer um trabalho nesse sentido, o Sr. Secretário de Estado da Comunicação Social está lá.

Há uma componente que temos que continuar a fazer, formação e actualização aos profissionais da saúde, já fizemos. Neste momento, a infeciologista já fez a formação que tinha que fazer, vai fazer no Príncipe é este o pacote de medidas que vamos ter que tomar.

Não poderia deixar de falar do Hospital porque quando as coisas se complicam a última saída é o Hospital e há algumas limitações gerais no Hospital, não vim cá com o propósito de fazer avaliação do Hospital porque tecnicamente há formas próprias de avaliar um Hospital, dizendo se ele está no bom sentido, se subiu de *ranking* ou não. Temos que reforçar e não é só o Hospital, temos que reforçar o serviço nacional de saúde. O serviço passa pela base da pirâmide sanitária, postos e centros, passa pelos programas nacionais, atinge o topo da pirâmide que é assistência secundária ou terciária que é o Hospital.

Srs. Deputados, é esta a nossa realidade e estamos a contar com apoio de todos para juntos, sob um comando único venceremos esta batalha que é de todos.

Na esteira do Hospital, vou fazer uma breve abordagem sobre o projecto de Fundo de Kuwait e o meu colega das Finanças falará da parte financeira que conduziu a fase em que estamos. Se estamos nesta fase, é porque há questões que não estão resolvidas e fomos devidamente aconselhados pelos próprios kuwaitianos a resolver ou esclarecer alguns aspectos, tomar posições e avançar.

É um projecto que conhecemos que para mim não é o melhor, mas para não perturbar e levar atrás sobre uma eventual alteração profunda do mesmo, porque na nossa visão 16 milhões e tal já não são os 17, distribuídos e concentrados numa unidade não é desta forma que tenho de ver a saúde. Podemos ter o melhor hospital de referência e se não tivermos os cuidados primários forte não resulta, e há países riquíssimos que fizeram isto, e os indicadores da saúde pioraram.

Nós não podemos criar oásis e ter o deserto à volta. Quem está no deserto não chega ao oásis. Se não pensarmos desta forma, termos o sistema todo coeso e equilibrado, porque vamos ter o melhor hospital, muito bonito, mas os indicadores de saúde não vão melhorar. Não podemos nos esquecer do coronavírus que é um problema que nos tira o sono. Mas há outras questões que nos tiram o sono e não podemos nos distrair. Temos o paludismo aqui em grande desafio.

Começou o décimo sétimo ciclo de pulverização focalizada e todos temos que o abraçar. Felizmente estamos a controlar e a este ritmo vamos caminhar para a eliminação, se não houver perturbações em 2025. Sentimos orgulhosos pelo trabalho que os técnicos vêm fazendo. Em nome desses profissionais, gostaria de agradecer as palavras de reconhecimento e de elogio que os Srs. Deputados fizeram, é sempre estimulante para quem não tem horas de começar e nem tem horas de acabar e que está lá, às vezes, a trabalhar não nas melhores condições, quer a nível da saúde pública, quer a nível do saneamento, quer a nível da parte assistencial.

Para terminar, Sr. Presidente, o problema de saneamento do meio, é algo que obriga a ter uma frente larga. Não é um problema só de saúde e nem poderia ser. Desde saneamento do meio, a drenagem do tanque, já é um problema transversal que nos obriga a todos, as câmaras e o poder começarmos a nossa higienização pessoal sempre adoptando aquela verdade, antes de olharmos para o nosso vizinho, temos que olhar primeiro para as nossas casas. Dentro da casa, estamos, se calhar, a fazer pior do que está lá fora.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estarei disponível, embora, como compreenderão, a minha agenda seja terrível.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**:— Muito obrigado, Sr. Ministro da Saúde. Gostaria apenas que me prestasse um esclarecimento. Falou das restrições a nível dos Órgãos de Soberania e dos funcionários públicos, disse que há uma regra de excepção. Gostaríamos de saber qual é a amplitude dessa restrição e a que se destina.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Saúde.

O Sr. **Ministro da Saúde**: — Obrigado, Sr. Presidente. Tinha dito que a equipa de técnicos, aqui devo fazer menção a pessoas que trabalharam em grandes organizações internacionais, especialistas em epidemiologia e saúde pública, que são por acaso os ex-Ministros da Saúde que integraram a equipa. Estão a trabalhar nesse sentido, como não tenho o feedback dos resultados, não queria ousar em mencionar os resultados desse encontro, mas a ideia acaba por apanhar vários países da Europa. Temos o grande epicentro que é a Itália, mas está a tocar a todos. A partir do momento que a Organização Mundial da

Saúde classifica o evento de uma pandemia, temos que medir muito bem as medidas que devem ser tomadas.

Os Estados Unidos fecham a partir de amanhã as entradas a Europa, com uma medida draconiana. Uma potência como os Estados Unidos, isto quer dizer que na nossa lógica, as nossas medidas poderão ser muito mais gravosas. Poderão, porquê?

Porque temos que funcionar e a forma não é proporcional. A medida que a capacidade nossa de resposta não é a melhor, as medidas de prevenção têm que ser muito maiores, o que devia ser ou poderia ser uma medida desproporcional no nosso caso, mais tem que ser e todos temos que acatar.

Meus senhores, estamos em cima da navalha e vai ser duro.

O Sr. **Presidente**:— Obrigado, Sr. Ministro. Vamos aguardar a decisão do corpo técnico. Se poder nos informar ainda hoje a decisão, porque temos efectivamente alguns casos urgentes, alguns pedidos de passaporte, algumas pessoas que vão para a formação, outras de junta médica. Gostaríamos de saber qual é amplitude da restrição, se devemos ou não autorizar.

Portanto, ficamos à espera ainda hoje duma reacção técnica.

Tem a palavra Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, também para esclarecer, tem no máximo 8 minutos, porque temos de concluir esse processo.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul** (Osvaldo Vaz): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, colegas Ministros, bom dia.

Eu só venho por duas questões, a de salário ou atraso de salário. Estamos a analisar isso, de facto, há alguns atrasos nos processamentos dos Departamentos Administrativos e Financeiros (DAF) de alguns Ministérios, porque em janeiro e fevereiro há sempre maior número de funcionários que entram por exemplo na educação. A partir de setembro entraram no sistema cerca de 950 professores. Nesta fase, de janeiro a fevereiro, esses Ministérios têm atraso no processamento de salários e o orçamento, nesse caso, atrasa-se um pouco. Estamos a trabalhar no sentido de resolver isto.

Acreditamos que no Príncipe já não haverá problemas, porque o salário do Príncipe já está no nosso sistema. O pagamento é feito directamente para as contas dos funcionários desde São Tomé e Príncipe. A única diferença que poderá acontecer é o processamento no Príncipe. Agora estamos a trabalhar porque as DAF é que processam sempre o salário, para que esse processamento venha rapidamente para efectuarmos o pagamento.

Sras. e Srs. Deputados, estamos muito interessados em usar qualquer recurso que existe, aí de nós se não o fizermos.

No mês de julho, salvo erro, o fundo de Kuwait nos tinha confirmado que do pacote do acordo do contrato, existia dois desembolsos. Nós demos as *démarches* necessárias e o fundo de Kuwait veio a São Tomé e Príncipe para o encontro. Neste encontro, sugeriu-nos uma série de procedimentos, dentre os quais, termos um encontro com a empresa de consultoria para esclarecer alguns assuntos. O fundo de Kuwait apresentou-nos duas hipóteses.

Quando chegar aqui a empresa de consultoria, resolvam o problema e avançamos, mas se eles não vierem também, há outras situações que vamos fazer. Seguimos os procedimentos do fundo do Kuwait, foi em Dezembro. Solicitamos um encontro com a consultoria em Janeiro não responderam, solicitamos um novo encontro em fevereiro, responderam mais não se dignaram dirigir a São Tomé e Príncipe. Mas o fundo do Kuwait já nos tinha orientado, se também não vierem, vários são os passos que devemos dar. Demos mais 10 dias ao fundo de Kuwait, para empresa de consultoria para seguir os procedimentos que o fundo nos orientou. A empresa de consultoria não se dignou vir a São Tomé e Príncipe, deviam ter cá em São Tomé um escritório, e na semana passada seguimos os passos que o fundo nos deu.

Estão criadas as condições para cumprirmos o contrato com o remanescente existente e depois haverá o relatório de explicação. É só para dizer que já existiram dois desembolsos, relativamente a estes montantes. O impasse existente é mesmo financeiro, o fundo de Kuwait pediu-nos encarecidamente para esclarecermos porque estão preocupados com isso. O relatório do fundo de Kuwait já está cá, temos todas as informações e estamos a fazer todos os possíveis para arrancar o projecto.

Quanto às alterações ou não, isso tem que ser discutido com o fundo de Kuwait, porque aquilo foi assinado por um processo, isso vai efectivamente avançar.

Por isso, estamos interessados para arrancar o processo. Nós não estamos a dificultar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**:— Obrigado, Sr. Ministro. Já não temos mais inscritos.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Wuando Castro.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, queria utilizar o tempo restante para fazer um esclarecimento sobre a questão da televisão digital.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, telegraficamente é um assunto também que tem levantado alguma polémica, digamos assim, é bom aproveitar esse palco privilegiado para prestar esclarecimentos.

O processo de transição do analógico para digital é um processo irreversível, a própria União Internacional de Telecomunicações (UIT) assim o determinou. Portanto, depois de vários adiamentos, vamos ter o chamado sítio-off, ou seja, em junho de 2020, vai-se deixar de transmitir em sistema analógico que é o que nós utilizamos até agora, vamos passar a transmitir em sistema digital que é um sistema novo.

Nós, portanto, estamos a trabalhar contra o tempo, é preciso instalar a rede TDT. Isto pressupõe que os televisores que temos usado até agora não estejam capacitados para apanhar o sinal de TDT, que é uma nova frequência que será depois atribuída a São Tomé e Príncipe. Por isso, estamos a fazer esta campanha de sensibilização da população, para que toda gente perceba que os televisores que têm em casa, a partir de Junho, terá dificuldades ou não poderá aceder à nova frequência de transmissão, mas como aconteceu noutros países do mundo, haverá necessidade de se comprar uma *box*, que fará depois a compatibilização deste sinal.

No processo que demos início no ano passado, a comissão que foi criada para o efeito, da qual sou presidente, está a trabalhar na possibilidade de colocar essas *boxes* à disposição da população a um preço irrisório ou eventualmente, se conseguirmos apoio financeiro de alguns parceiros, poder então ofertar as *boxes* à população, de forma que toda gente possa aceder ao sinal.

O que estamos a dizer com este decreto e a comunicação que está a sair é para as pessoas, a partir de agora, evitem comprar televisores analógicos e terem atenção que daqui para frente é preciso televisores adaptados à nova realidade, à nova frequência e aos novos sinais. Não quer dizer que os televisores vão ser lixos electrónicos. É uma expressão técnica, mas quem puder evitar este constrangimento não terá depois que comprar uma *box*, para aceder aos sinais de televisão a partir de Junho.

Obrigado, Sr. Presidente.

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**:— Muito obrigado, Sr. Ministro.

Vamos dar início ao período da ordem do dia.

Quero pedir, mais uma vez, às Sras. e aos Srs. Deputados para transmitirmos exemplos. Falou-se aqui muito de autoridade do Estado, respeito, disciplina, mas temos que dar exemplos. Temos aqui telemóveis a tocar, hora a hora, impedindo as pessoas, interrompendo, isso também é sinónimo de desrespeito às pessoas que estão a intervir. Nós já chamamos atenção para tirarem o som ou desligarem os telemóveis, mas continuam. Estamos a falar da reposição da autoridade do Estado, do respeito, da disciplina, quando nós próprios não transmitimos esse exemplo que queremos exigir.

Vamos passar ao período da ordem do dia.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, de acordo com a agenda, temos o primeiro ponto, da iniciativa do Governo, que é a Proposta de lei n.º 12 – Proposta de alteração da Lei n.º 13, de 6 de Novembro, Lei que aprova o Código do IVA.

Muito Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**:— Como sabem, a iniciativa deu entrada na Mesa, no período de férias parlamentares. As comissões não pediram autorização do Plenário para funcionarem durante este período. Portanto, a iniciativa foi submetida à apreciação do Plenário sem o parecer.

Tem a palavra o Sr. Ministro, para fazer a apresentação da proposta de lei de alteração.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, uma vez mais, boa tarde a todos.

A proposta de alteração que o Governo traz tem a ver com a questão da data de entrada em vigor da Lei do Código do IVA. Esta lei foi aprovada em Outubro do ano passado por esta augusta Assembleia, foi publicada no *Diário da República*, em Novembro de 2019, e no seu artigo 5.º dispunha que até a data da entrada em vigor da presente lei devem ser criadas todas as condições para a sua efectiva implementação. Infelizmente, essas condições técnicas operacionais não foram criadas em tempo útil, daí que o Governo decidiu suspender a implementação do IVA, esta lei que estava previsto entrar em vigor em 1 de Março. Naturalmente que, sendo um normativo aprovado pela Assembleia Nacional, uma lei da República, tem que ser o Órgão competente a fazer esta alteração. Daí que nós enviamos uma proposta de alteração à Assembleia Nacional, no dia 2 de Março, e o artigo único previa a alteração da entrada em vigor desta lei.

Permita-me agora, Sr. Presidente, explicar que na altura não conseguíamos ainda definir a nova data de entrada em vigor, por questões de renegociação com o Fundo Monetário Internacional, e não nos tínhamos apercebido profundamente quanto tempo levaríamos a cumprir essas condições prévias.

Hoje trazemos a alteração da nossa proposta que foi introduzida, no sentido de estabelecer como data de entrada em vigor desta lei, 1 de Setembro de 2020. Portanto, a proposta de alteração do artigo passaria a ter a seguinte redacção: «A presente lei entra em vigor em 1 de Setembro de 2020». Entretanto, como há

um lapso de tempo desde 1 de Março até hoje, que esta proposta está a ser debatida, gostaríamos também de acrescentar na alteração do artigo 6.º que diz: «É alterado o artigo 6.º da Lei 13/19, de 6 de Novembro», e passa a ter a seguinte redacção, incluindo também aqui «...com efeito a partir de 1 de Março 2020», para que não haja esse lapso temporal, que pode ser aproveitado de forma não séria por algumas pessoas.

Portanto, é esta a apresentação que eu queria fazer.

O Sr. **Presidente**:— Muito Obrigado, Sr. Ministro. Esta questão vai ser vista aquando da apreciação na especialidade. Portanto, está feita a apresentação.

Como dizia eu, não há parecer, então estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimentos ou intervenções, se for caso disso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Não entendi muito bem o objectivo desta proposta de lei, porque nos processos introduzidos na Assembleia Nacional, esta proposta de lei dá entrada após a Lei do IVA ter entrado em vigor. Portanto, não entendi muito bem qual é a pretensão do Governo em alterar uma data de entrada em vigor posterior à entrada da própria lei em vigor. Quer dizer que o Governo, se tivesse essa intenção, devia tê-lo feito antes da entrada em vigor da própria lei.

Vir alterar uma data de entrada em vigor de uma lei que já está em vigor, gostaria que o Governo me esclarecesse qual é a sua pretensão e qual é a alteração que pretende fazer.

Obrigado, Sr. Presidente, depois voltarei.

O Sr. **Presidente**:— Muito obrigado, Sr. Deputado Arlindo Ramos.

Mais intervenções?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, estou meio confuso, porque a proposta de alteração da lei que o Sr. Ministro leu não coincide com aquilo que nós temos, aquilo que foi publicado no *Diário da Assembleia*, porque aqui diz que a lei entrará em vigor assim que forem garantidas todas as condições técnicas operacionais para efeito, por parte da Direcção dos Impostos. Ainda bem que o Governo alterou, mas temos aqui dois documentos. O Ministro apresentou um com um texto e temos outro com outro texto.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**:— O Ministro fez a apresentação da proposta de lei de alteração e aproveitou para introduzir as alterações, e a Mesa já havia dito que as alterações só serão feitas no momento da discussão na especialidade. Temos que trabalhar na base do documento inicial. Estamos a apreciar agora na generalidade. Depois da sua aprovação na generalidade, quando passarmos à fase da discussão na especialidade, o Governo introduzirá as alterações que entender.

Mais intervenções?

Temos 49 Deputados na Sala, sendo 21 do Grupo Parlamentar do ADI, 22 do MLSTP/PSD, 5 da Coligação PCD/MDFM-UDD e 1 do Movimento do Cidadãos Independentes de Caué.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, é apenas para solicitar um esforço de argumentação, para saber se em 1 de Setembro estaremos mesmo em condições de fazer arrancar o processo. Se não houver essa certeza, para sabermos como é que deveremos conviver com uma outra redacção da lei.

Obrigado, Presidente.

O Sr. **Presidente**:— Muito obrigado, Sr. Líder Parlamentar.

Não havendo mais inscritos, peço ao Sr. Ministro que esclareça a questão levantada pelo Líder Parlamentar do MLSTP/PSD. São duas questões, há outra também do Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, eu vou tentar responder à questão do Deputado Arlindo Ramos e o Sr. Ministro das Finanças vai tentar elucidar o Sr. Deputado Amaro Couto.

Sobre a questão que colocou o Sr. Deputado Arlindo Ramos, ponto 1, realmente a aprovação da Lei do IVA é da competência da Assembleia, mas a implementação é da competência do Governo. Para esta implementação é preciso que esteja criada uma série de condições técnicas e operacionais que a própria Lei previa, nos dispositivos transitórios e que não foram cumpridas. O Governo já assumiu o erro em sede de reunião com a Comissão Permanente da Assembleia, que realmente teria que vir aqui antes pedira suspensão da implementação da lei, ou seja, o adiamento, nesse caso. Mas infelizmente este erro foi cometido, está assumido, mas agora é preciso avançarmos, daí que tomamos essa decisão *in extremis*. Achávamos que estaríamos em condições de avançar, mas depois vimos que não e agora, logo a seguir, no

dia 2, remetemos esta proposta de alteração à Assembleia Nacional, e estamos cá agora para resolvermos esta questão. Como eu disse, cabe à Assembleia, aprovar ou não a data da entrada em vigor desta lei.

Portanto, em termos gerais, é este o processo que se passou.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**:— Muito Obrigado, Sr. Ministro.

Tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul** (Osvaldo Vaz):— Sr. Presidente, na negociação com o nosso parceiro, antes da assinatura do Acordo, o nosso parceiro tinha estipulado 1 de Março para a implementação do IVA e era uma das condições para termos o programa com o nosso parceiro. Naquela altura, dissemos que seria quase impossível o sistema informático, aliás a implementação do software, porque o nosso parceiro iria usar o Banco Mundial para o efeito. O Banco Mundial tem uns procedimentos que são próprios e morosos. Na altura, o FMI disse que seria possível.

Porque precisávamos do programa e a tecnologia está avançada, após a contratação do consultor que esteve cá a trabalhar durante algum tempo, quem o contratou foi o FMI para trabalhar junto ao AFAP e Banco Mundial, para resolver o problema do software da parte informática. Em finais de fevereiro, não conseguiram e disseram que não seria possível que 1 de março existisse o pacote do software para o efeito.

Como já disse na Comissão Permanente, é um processo que todos, que o FMI queria que se implementasse obrigatoriamente, se fôssemos nós a dizermos que não, não seria possível e poderíamos ter o problema com o nosso programa.

Sabemos que é um projecto novo, pode sim existir alterações na data de implementação, porque é um projecto que mexe com todos os impostos do País e vai ser necessário efectivamente durante algum tempo ir fazendo alguns ajustes. Em muitos países, nessa senda, por causa do FMI, também foram alterando as datas de implementação do IVA.

Na discussão da semana passada com o FMI, dissemos se permitissem e concordaram para nós irmos por este caminho, enquanto o concurso público que está sendo levado ao cabo pelo AFAP para desenvolver um programa mais sofisticado para que os nossos técnicos dos impostos mais alguns técnicos nacionais que a Direção dos Impostos achou por bem seleccionar, desenvolveríamos um programa para até junho ver se conseguiremos ter esse programa. Ele seria provisório até a elaboração do programa através do AFAP e Banco Mundial, teríamos o mês de Julho, Agosto e Setembro para testarmos esse programa e podermos funcionar.

Nós, o Governo, queremos dar sinal que nós não estamos a criar dificuldades quanto a implementação do IVA. Mas é certo, por ser um projecto novo, não podemos dizer que temos 100% de certeza que em 1 de Setembro estará perfeito.

Por isso, Sr. Ministro, da nossa parte, por ser uma lei da Assembleia, devia vir cá antecipadamente e apresentar esses argumentos, dizendo que o Governo ainda não estava em condições de implementar o IVA.

Por isso, da parte do Governo, o que queríamos dizer é que queremos implementar. Estamos a criar as condições para o efeito e a data que falhou não foi porque quisemos. Estamos a propor a data que queremos que os técnicos nacionais juntamente com a supervisão do FMI, para vermos se conseguiremos no dia 1 de Setembro. Agora vamos conduzir o processo. Se houver algum problema não será o FMI a conduzir, de certeza absoluta que Assembleia estará informada a tempo e horas, para evitar o que aconteceu.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, ouvi a explicação do Sr. Ministro e agradeço. Vi que a preocupação efectivamente é fazer constar na lei um prazo para entrada em vigor do IVA. Parece-me que nas negociações iniciais com o fundo, essa questão tornou-se incontornável porque tinha que se fixar 1 de Março.

Agora, eu não sei se é a mesma preocupação, que continua a nortear as negociações com o fundo, ter uma data na lei.

Daquilo que pude entender da sua preocupação, é que o fundo acha se não estiver lá uma data, não tem a garantia que vão mesmo fazer.

Agora, se for esta questão, acho que é melhor colocar isso frontalmente para os Deputados, para poderem analisar. Porque se fica na evasiva quando as condições estiverem criadas o fundo vai dizer, desse jeito não quero aplicar.

É uma matéria que temos que analisar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos (ADI)**: — Sr. Presidente, na esteira daquilo que disse o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, dou um conselho a Casa Parlamentar e ao Governo, porque as coisas têm que ser bem-feitas.

Porque essa proposta que o Governo introduz na Assembleia, os serviços da Assembleia falharam, porque é uma proposta que nem devia ser aceite. Não reúne os requisitos para que essa proposta pudesse ser admitida.

A primeira questão é que estamos a falar duma proposta que chega posterior a entrada em vigor da própria lei. Portanto, havendo alteração devia a própria proposta também fazer referência de que a entrada em vigor dessa lei que altera outra, devia ter um prazo, devia ter uma data, não tem, a proposta não está estruturada assim.

Outra questão, tecnicamente falando sobre aplicação, suspensão ou alteração, aquilo que pretende o Governo, se é alteração ou suspensão da própria lei. Estando a lei do IVA em vigor, se o Governo pretende suspender a sua aplicação, por as condições não estarem ainda criadas, deve ser mais claro em dizer, em apresentar uma proposta clara, que não pode ser aplicada a partir de 1 de Março, tendo em conta os constrangimentos que o Governo reconhece ainda existir.

Por isso, alinhó a dúvida que tem o Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, se é possível essa lei ser retomada em 1 de setembro, porque o Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, na reunião da Comissão Permanente disse-nos, se a memória não me falha, de que o software a ser construído estaria concluído em finais de Novembro.

Portanto, se estiver concluído em finais de Novembro, quer dizer que em Setembro ainda não teríamos as condições técnicas para a implementação da lei.

Se o FMI impõe-nos uma data, devemos ser razoáveis e realistas naquilo que estamos a fazer. Para não chegar em Setembro, que é um período de que Assembleia não estará em funcionamento normal, virmos a correr para aprovar uma lei, para alterar a data da entrada em vigor novamente.

Por isso, de acordo com aquela solicitação do Líder do MLSTP/PSD, é bom que o Governo exponha o assunto claramente, ou seja, o que se passa. Porque não podemos estar aqui quando o Governo quer fazer alguma coisa e Assembleia ter que reunir rapidamente para poder trabalhar e chegar ao fim e ficar sem efeito.

A Assembleia para trabalhar gasta recursos, e os poucos recursos que dispomos, não podemos estar a gastá-los duma forma tão leviana como estamos a fazer.

Para aprovarmos a lei do IVA, se se lembram, tivemos num período não normal de funcionamento da Assembleia. Tivemos que trabalhar no fim-de-semana, para que a lei em Outubro tivesse sido aprovada.

Agora, não pode entrar em vigor em Março, só até 1 de Setembro. Vai chegar a 1 Setembro, com outro problema. Vamos ser razoáveis, Sr. Ministro. Diga-nos se há problemas, se for para adiarmos por mais um ano, vamos suspender a lei por um período de um ano, até a conclusão de todo processo.

Porque, adiar por mais três ou quatro meses e daqui a cinco meses voltarmos aqui para adiar, não. É bom expor o assunto claramente, para que os Deputados tenham consciência naquilo que estão a fazer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Arlindo Ramos.

Antes sem querer ser advogado dos serviços, quero-lhe informar que os serviços, no âmbito das suas atribuições, cumpriram rigorosamente o que está estabelecido. A falha pode ter sido porque estamos no período de férias, a Comissão não está a funcionar. Porque esses meandros cabe a Comissão analisar profundamente e elaborar o seu respectivo parecer.

Os serviços têm que analisar a admissibilidade. Quem tem a iniciativa se cumpre as formalidades normais duma lei de alteração, é preciso ver, lei de alteração, portanto, o artigo 136.º, 137.º, 142.º e 143.º, apenas esses artigos é que têm atribuição para que os serviços se pronunciem. Quanto aos detalhes, é a Comissão que tem o poder soberano para decidir e propor a sua rejeição pelo Plenário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos (ADI)**: — Sr. Presidente, não concordo muito com aquilo que o disse.

Ora vejamos! Os serviços devem analisar nas propostas de lei do Governo a estrutura formal da legislação.

Há uma estrutura formal estabelecida para uma lei. Essa proposta de lei do Governo vem sem um artigo, o de entrada em vigor da própria lei. Não está nessa proposta a entrada em vigor da própria lei. É o Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, que vem com uma nova proposta a propor a introdução desse artigo. Mais os serviços viram ou não viram que não estava na proposta?

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Arlindo Ramos.

Não vamos polemizar uma questão que está ultrapassada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Boa Morte.

O Sr. **Domingos Boa Morte (ADI)**: — Sr. Presidente, é apenas para retorquir que, de facto, o serviço falhou. Porque isto é básico. Uma lei não sem entrada em vigor. O serviço deveria rejeitar. Isto é fundamental.

Uma iniciativa que não tem entrada em vigor, não se pode admitir, quero dizer que isto é básico.

Agora, o Sr. Presidente a ser advogado, entendo perfeitamente, entendo os meus colegas. Os meus colegas que devem prestar atenção. Porque a entrada em vigor da alteração da lei, entendo que é entrada em vigor do IVA, mas entrada em vigor da alteração da lei não está. Isto é que o Sr. Ministro ou Sr. Deputado Arlindo está a alegar. Não pode ser, isto é básico!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Domingos Boa Morte.

Mais intervenções?

Tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Sr. Presidente, venho só por causa da intervenção do Sr. Deputado Arlindo Ramos.

Como tinha dito, o software que o Banco Mundial está a financiar, através da FAO, vai ser Novembro e Dezembro. Não estamos a dizer o contrário. Nós, na semana passada, nos encontros que tivemos com o FMI, dissemos assim: Já que há uma pressão do FMI, para o efeito apresentamos uma proposta que está mais ao nosso alcance. Através dos técnicos da Direcção dos Impostos e alguns informáticos locais, desenvolvermos um software provisório para ver se conseguimos implementar até Setembro, enquanto decorre o processo de construção do software que o Banco está a financiar. Agora, é com esse processo, se houver algum problema, porque estamos a conduzir e informaremos à Assembleia. Por isso, para mim, não estou a ver problema nesse aspecto! Quando tivemos o encontro na Comissão Permanente, ainda não tínhamos discutido com o FMI a data. Estávamos a trabalhar em videoconferência. Estavam para vir cá, como tinha dito ao Sr. Deputado, mas na Comissão Permanente adiaram a vinda por causa do coronavírus. Falámos e acertámos isso. Quem vai conduzir agora o processo desse software provisório, vai ser a Direcção dos Impostos, vai ser o Estado. Se houver atraso ou algum problema, teremos tempo suficiente de falar com a Assembleia e não ser 1 de Setembro, ou na altura de férias parlamentares. Não havendo, vamos avançando, implementamos e quando vier o novo, avançamos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré (ADI)**: — Sr. Presidente, depois de escutar atentamente os Srs. Ministros e alguns Deputados que me antecederam, senti a obrigação de pedir a palavra e fazer algumas considerações. Não no sentido de polemizar, mas de alertar. Sempre ouvimos falar, em vários fóruns, que São Tomé e Príncipe é um Estado soberano, que existem Órgãos de Soberania, que nós, a Assembleia Nacional, somos um Órgão de Soberania, como existem outros. Temos as nossas prerrogativas na nossa Constituição que é a Lei mãe, a Lei fundamental, que rege o funcionamento de qualquer Estado de Direito Democrático. Deparamos com toda esta situação, sabemos como é que as coisas funcionam num país débil financeiramente, como é o caso de São Tomé e Príncipe. Essa expressão que se usa, também vou usá-la aqui: “vivemos de mãos estendidas”.

Quero dizer que São Tomé e Príncipe, pelo menos desde que tenho vida, sempre foi um país pobre. Não recordo São Tomé e Príncipe ser um país rico, depois que se tornou pobre! Eu não conheço. É um País que sempre viveu com muitas dificuldades com muitos problemas e o que se verifica é que a cada dia os problemas vão se agudizando e estamos na situação em que estamos. Anteriormente, não tínhamos os programas com o FMI. Hoje, de uns anos a esta parte, estamos sob essa relação com as instituições de Bretton Woods, concretamente o FMI que, a verdade seja dita, nos impõe algumas coisas. Como o Sr. Ministro disse aqui, nós próprios, os nacionais, tínhamos a nítida consciência de que não era possível a implementação na data que o FMI estava a nos apresentar.

Não tivemos a capacidade, digo nós, de convenceremos o FMI de que, não é possível, isto. Não tivemos essa capacidade e todos nós sabemos aqui da forma como os Deputados, os parlamentares, fomos pressionados, a expressão é mesmo essa, fomos pressionados, pelo FMI para aprovarmos a lei. Digo, porque participei em vários encontros com o FMI, quando eles vêm, algumas vezes pedem audiência com a Mesa da Assembleia e, como é da praxe, os Vice-Presidentes estarem nessas audiências, participei em algumas, por isso sei que a expressão é mesmo pressão, com a chancela, a verdade seja dita, de alguma chantagem! Se não aprovarem, não há “guita”! Desculpa a expressão! Não há dinheiro, não há ajuda orçamental, não há programa aprovado, não havendo programa, não há, não há. Vivemos de pedir! É por essa razão que coloco a questão de soberania! O pior é quando nem temos a capacidade de convencê-los de que não é possível. Mas pedi a palavra para aquilo que o Sr. Ministro acabou de dizer que, para mim, ainda complica mais as coisas. Porquê que digo isto? É sabido que essas instituições de Bretton Woods conversam entre si. Elas falam entre elas. Muitas vezes, o FMI pressiona através de outras instituições. Eles não estão a conseguir fazer o que estou a pedir. Então, você não dá o dinheiro, você corta aqui, corta lá. Se o próprio Ministro veio-nos dizer, hoje aqui, de que o consultor ou a empresa, que está a trabalhar com o

Banco Mundial, sabe que em Setembro, não estará pronto, só em Novembro ou Dezembro. O que está a acontecer?

Então, há mais coisas que eu não estou a entender. Sr. Ministro, peço desculpa, e o meu colega Deputado Arlindo tem alguma razão. O que é que está a acontecer aqui?

Porque o Banco Mundial e o FMI, é Chun com Chan! Eles andam juntos. Em tudo...

Uma voz: — Dindi com Danda.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — *Ababa* é, obrigado Dindi *ku* Danda...

Então, se nem consultor nosso de São Tomé, consultor pelo Banco Mundial, está a dizer que não é possível, em Setembro? Estamos aqui a aprovar coisa para Setembro?

Não! Temos que assumir a nossa soberania aqui. Acho que devemos assumir a nossa soberania, algo não está bem aqui! O FMI tem que entender, o Banco Mundial tem que entender ou há outras coisas que não estamos a perceber! Isto de vir dizer que há uma equipa nossa contratada por nós para um programa só de Setembro, provisório, não serve para isso! Não pode servir! Estamos então a brincar com coisas sérias!

O FMI ainda está cá, Sr. Ministro? Já foi! Se for possível chamar o FMI, outra vez. Chamemos o FMI, falemos claramente! Espero que o FMI, se vier para ter encontro na Assembleia, para eu dizer claramente o que estou aqui a dizer, porque é o Banco Mundial que contratou um consultor e este está a dizer que não é possível, em Setembro! Então, se não é possível, qual é o exercício que estamos aqui a fazer?

Por isso, a soberania é ou não é! Somos soberanos, somos pobres, reconhecemos a nossa pobreza, a nossa dificuldade, mas tenhamos a capacidade de explicar a nossa realidade e convencê-los, de que queremos a implementação do IVA, tanto é que já o aprovámos, da forma como aprovámos, a correr, depois veio dar no que deu! Então, não vamos cometer, outra vez, o mesmo erro!

Esperemos! O FMI tem que nos explicar qual é a pressa, que nem pode esperar, bem como o consultor do Banco Mundial, que é irmão gémeo dele, para vir apresentar um programa credível, para uma coisa nova como é o IVA, com tamanha responsabilidade económica e financeira no País! É isso que tenho a dizer.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Monteiro.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, queria perguntar ao Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, se é necessário precisar a data, conforme está? Ouvimos aqui 1 de Setembro. Claro que os Deputados estarão de férias, no mês de Setembro e depois temos outros aspectos para ver no mês de Novembro. Não se pode colocar o quarto trimestre do ano 2020? Não pode ficar assim em aberto? Assim teríamos quatro meses para resolver esta questão? São perguntas que deixo para o Ministro.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, vai ser a minha última intervenção sobre essa questão. Para dizer que o que estamos a analisar não é nada inventado pelos Deputados, mas é o que o Governo escreveu na nota explicativa. Portanto, na nota explicativa da Proposta de Lei, o que é que o Governo diz? O Governo diz: concluído o desenho do sistema informático e consequente elaboração dos termos de referência, em finais de Janeiro de 2020, começou-se a contar os prazos para o lançamento do concurso internacional, segundo as regras do Banco Mundial, para a contratação da empresa para o desenvolvimento do sistema. Seguindo todo o percurso dos concursos geridos pelo Banco Mundial, repito, seguindo todo o percurso dos concursos geridos pelo Banco Mundial, a empresa vencedora, provavelmente, só será conhecida em finais de Novembro.

Isto está na nota explicativa do Governo!

Portanto, é essa a minha dúvida! Porque, se não vamos ter o equipamento disponível em Agosto, só em finais de Novembro é que esse equipamento vai estar disponível. Como é que podemos aplicar o IVA a partir de Setembro? Como é que podemos retomar a Lei do IVA a partir de Setembro?

Sr. Ministro, acho que devemos assumir uma posição, ou adiamos, ou suspendemos a aplicação dessa lei, por doze meses, por nove, por dez, dentro da sua consciência e dentro dos trabalhos que estão a ser desenvolvidos pela Direcção dos Impostos nos diga, quanto tempo? Qual é o *timing* que o Governo e a Assembleia podem convergir para que essa lei entre imediatamente em vigor? É só esse esclarecimento. Se não for possível, vamos tomar uma decisão! Nós somos o órgão legislativo por excelência. Podemos decidir aqui quando é que a lei do IVA pode entrar novamente em vigor.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de felicitar o Governo por ter reconhecido o erro que cometeu. Em segundo lugar, subscrever a intervenção dos Deputados do meu Grupo Parlamentar, estamos a insistir na questão da data, porque se trata de uma questão de Estado. O que vai sair daqui é que vai determinar todo o resto, até o Orçamento Geral do Estado! É necessário,

apesar da nossa limitação, tratar, pelo menos até ao momento e nos próximos anos. É necessário, na nossa opinião, tratar o parceiro, FMI Banco Mundial, com sentido de Estado. Daí estamos a insistir que o Governo seja o mais claro possível para tomarmos a melhor decisão!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Monteiro.

A Sra. **Filomena Monteiro** (ADI): — Sr. Presidente, face à explicação dada pelo Sr. Deputado Arlindo Ramos, retiro a minha pergunta, porque há uma incerteza relativamente ao texto na nota explicativa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSDTP/PSD.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Para permitir uma reflexão mais ponderada sobre todos esses assuntos, gostaríamos, ao abrigo do artigo...

Murmúrios.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, posso? Gostaríamos de ter a ocasião, para uma reflexão mais ponderada, no nosso Grupo Parlamentar acerca dessa questão. Recorrendo ao artigo 81.º do Regimento da Assembleia Nacional, queria solicitar uma suspensão da sessão.

O Sr. **Presidente**: — O pedido é para interrupção da sessão, é regimental. Gostaríamos de fazer um pequeno reparo. Na Conferência de Líderes vimos que 3 horas eram suficientes, portanto das 9 às 12 horas. Daí que não se providenciou a logística para o segundo período. O que significa dizer que não temos almoço...

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — *Non na ká nguenté fá!*

O Sr. **Presidente**: — Portanto, a suspensão é legítima. Proponho que seja em curto espaço de tempo. Está regimentado em 30 minutos. Não sei se precisamos mesmo dos 30 minutos.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Podíamos conviver com 15 minutos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então, vamos suspender por 15 minutos.

Eram 12 horas e 53 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Vamos retomar os nossos trabalhos, temos quarenta e oito Deputados na Sala, há quórum, declaro reaberta a sessão.

Eram 13 horas e 46 minutos.

A sessão foi suspensa a pedido do Grupo Parlamentar do MLSTP, não sei se quer fazer uma intervenção.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, procedemos a um acerto, entre nós, os Deputados do MLSTP/PSD, e dos nossos trabalhos de reflexão, chegámos à seguinte conclusão: Que há convergência de pontos de vista de todos os Grupos Parlamentares para lidar com essa lei, não nos termos em que o Governo apresentou. E também concluímos que o Governo também conviveria com uma alteração, nos termos da lei em que apresentou. Nesta perspectiva, estamos a discutir a lei na generalidade, acolhendo também a preocupação do Deputado Arlindo Ramos, a lei tem que fixar a sua entrada em vigor. Mas, a prorrogação da entrada em vigor do IVA não seria em termos precisos e concretos, mas quando as condições estiverem reunidas.

Dito isto, pensamos que o Governo teria material e instrumento para negociar o cronograma com o Fundo Monetário para fixar no processo o prazo e uma data para entrada em vigor do IVA.

Esta é a nossa posição nesta fase dos trabalhos na generalidade, depois então entraríamos noutras fases subsequentes.

O Sr. **Presidente**: — Feita a apresentação da proposta, estamos a analisar o Projecto de lei de Alteração da Lei n.º 6/2019, na generalidade. Mais intervenções? Portanto, a proposta que foi apresentada será discutida no período de análise na especialidade, se assim for requerida.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Estamos na sede da generalidade, queremos reconfirmar ou recolocar, assim melhor dito, o nosso posicionamento. Desde o início desse processo do IVA que tivemos um posicionamento, desde a sua entrada na Casa Parlamentar sob a proposta do Governo. Conhecendo a

realidade do País, inclusive a realidade técnica, desde o princípio que nós tivemos um posicionamento, sobretudo na votação, que foi abstenção, porque tínhamos dúvidas que o Governo estaria à altura da sua implementação!

No entanto, enfatizamos que a implementação ou não do IVA é da inteira responsabilidade do Governo e não da Assembleia. Que o Governo não passe para a Assembleia o ónus da responsabilidade! É por isso que estamos a insistir que o Governo aqui tenha um posicionamento. Precisamos conhecer qual é o real posicionamento do Governo! Pese embora sermos oposição, mas aqui somos chamados, porque num eventual incumprimento, as consequências serão para todo o povo de São Tomé e Príncipe, e nós também fazemos parte desse povo. Por isso, estamos a dar a nossa contribuição! Mas, que fique claro: que a responsabilidade da implementação ou não do IVA é do Governo! E o Governo precisa clarificar-nos para que possamos tomar uma decisão em consciência.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, é só para contribuir naquilo que devia ser essa proposta de lei, do meu ponto de vista. Em vez de ser uma proposta de lei de alteração, acho que devíamos aqui transformar numa proposta de lei de suspensão de aplicação da Lei n.º 13/2019, no seu todo. No entanto, suspender a sua aplicação até que essas condições, de acordo aquilo que o Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, sejam criadas e retomaremos a Lei do IVA.

Por isso, gostaria de propor que, em vez de ser uma proposta de lei de alteração passaria a ser uma proposta de lei que suspende a aplicação da Lei n.º 13/2019, até que as condições materiais, operacionais e técnicas sejam criadas para a sua materialização.

Essa é a minha sugestão, para ultrapassarmos esta questão.

O Sr. **Presidente**: — Mais intervenções? Há uma proposta, neste caso duas, mas quer uma quer outra, que tem que ser na sede da especialidade, a do MLSTP/PSD, a do Sr. Deputado Arlindo Ramos tem que ser ainda na generalidade. Temos que alterar o quadro.

O Governo quer reagir?

Tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, como já tive a oportunidade de dizer, a competência de alteração ou suspensão da lei é da Assembleia Nacional e a responsabilidade de implementação é do Governo. Portanto, o Governo convive com qualquer uma das sugestões, desde que o efeito seja este: suspender ou alterar a data de entrada em vigor da Lei do IVA, porque não estão criadas, da nossa parte, todas as condições técnicas e operacionais para o efeito.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria de ouvir o Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, se puder, não sei se uma opinião de natureza técnica. Se a suspensão não tem implicações em relação aos impostos já cobrados? Se não vai ter impacto nos impostos...

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Plano, Finanças e Economia Azul.

O Sr. **Ministro do Plano, Finanças e Economia Azul**: — Sr. Presidente, falando de suspensão da Lei do IVA, tendo em conta que é um processo que tem de outro lado parceiros, será complicado. Não convém irmos pelo caminho de falar que suspendemos a Lei do IVA. Independentemente dos contornos, muitas das vezes, estamos a querer dizer uma coisa, mas a interpretação é de que suspendemos a Lei do IVA. Isto é grave! Estamos a falar de prorrogação, quer dizer que a Lei em si, não podemos falar que a suspendemos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, de acordo com a intervenção do Sr. Ministro, gostaria de expressar aqui a minha solidariedade naquilo que disse e retiro a minha proposta de suspensão.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, só temos uma proposta que vai ser discutida no âmbito da generalidade.

Uma voz: — Especialidade...

O Sr. **Presidente**: — Portanto, só temos uma proposta que vai ser discutida no âmbito da especialidade. Vamos submeter a proposta a votação na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado, com 27 votos a favor e 21 abstenções.

Há um requerimento que deu entrada na Mesa.

Tem a palavra o Sr. Secretário, para fazer apresentação do requerimento.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, passo à leitura: «Requerimento dirigido à Mesa da Assembleia Nacional. Sua Excelência, nos termos do artigo 163.º do Regimento de Assembleia Nacional, vimos avocar a votação na especialidade da proposta para alteração da Lei n.º 13/2019 pelo Plenário, São Tomé, 12 de Março de 2020.

É subscrita pelos Deputados Danilo Santos, Deolindo da Mata, Jaime Menezes, Hélder Joaquim e Cílcio Santos.»

O Sr. **Presidente**: — Portanto, é um requerimento que evoca à votação na especialidade da proposta de alteração da lei pelo Plenário. Vamos o requerimento submeter à votação.

Submetido à votação, foi aprovado, com 27 votos a favor e 21 abstenções.

Passemos de imediato à apreciação na especialidade.

Preâmbulo.

Alguma proposta de correcção e alteração?

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, para conformar o preâmbulo da lei com a nota explicativa do Governo, proponho anulação do preâmbulo, praticamente todo o conteúdo anterior e passa a ter a seguinte redacção: «A entrada em vigor no ordenamento jurídico são-tomense da Lei n.º 13/2019, diploma que estabelece o código de imposto sobre o valor acrescentado (CIVA), conforme previsto no seu artigo 6.º, a proposta do Governo vem «está previsto», dizemos não porque já é passado. A lei deu a entrada depois do dia 1, assim passa a ser «estava previsto para 1 de Março do corrente ano». Suprime-se 2020. O parágrafo seguinte fica: «Considerando que se verifica atrasos no processo de desenvolvimento da aplicação informática do IVA ferramenta fundamental para sua operacionalidade;

Considerando ainda que persistem atrasos no que tange à devida comunicação dos procedimentos da lei dos sujeitos passivos, bem como a população em geral;

Nestes termos a Assembleia Nacional decreta nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte, ou seja, o primeiro parágrafo da proposta do Governo corrige-se «está previsto» passa a «estava previsto» e tem «para 1 de Março do corrente ano». O segundo parágrafo passa a ser o terceiro, introduz-se um segundo parágrafo que vou repetir. «Considerando que se verifica atrasos no processo de desenvolvimento da aplicação informática do IVA, ferramenta fundamental para sua operacionalidade. São essas alterações introduzidas no preâmbulo.

O Sr. **Presidente**:— Tratando-se de uma alteração de um parágrafo, deve submeter à Mesa por escrito o texto e distribuir pelo menos uma página para os distintos grupos parlamentares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — No preâmbulo, o primeiro parágrafo, de acordo com aquilo que o Deputado Danilo Santos disse, é bom lê-lo. Vou ler para depois vermos como é. «A entrada em vigor no ordenamento jurídico são-tomense da Lei n.º 13, diploma que estabelece o código de imposto sobre o valor acrescentado, conforme previsto no seu artigo 6.º.» Acho que se devia parar por aqui. Porque está previsto para 1 de Março quer dizer que é uma reposição daquilo que já dissemos em primeiro. É redundância daquilo que já dissemos. Já entrada em vigor, já está em cima. Portanto, é só alteração do artigo 6º porque o artigo 6º só fala da entrada em vigor. Pararíamos por aqui em vez de repetir. Agora, sobre a questão do 3º parágrafo que passa a ser o segundo que Deputado Danilo disse e de aquilo que entendi, deve-se introduzir o parágrafo da nota explicativa que fala do sistema informático. Portanto, aqui nós devíamos acrescentar em vez de substituímos a ordem do preâmbulo, púnhamos: «Considerando que ainda persistem atrasos no que tange à devida comunicação dos procedimentos de lei aos sujeitos passivos, bem como da população em geral, incluindo o sistema informático».

«Considerando ainda que importa a criação de mecanismos de controlo, especulações de preços e outras práticas lesivas ao interesse público...», isso continua tudo da mesma. Esta é a minha contraposta. Primeiro, para não ser um preâmbulo muito longo e que poderíamos tentar restringir algumas questões que estão aqui a mais. Portanto, a minha proposta é que acrescente só o atraso que há no sistema informático no segundo parágrafo.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, conforme a proposta do Sr. Deputado Arlindo Ramos, no que concerne ao primeiro parágrafo do artigo 6.º, deve-se suprimir o segundo e no terceiro incluir a aplicação informática.

O Sr. **Presidente**: — Podemos tentar fazer a leitura daquilo que ficou estabelecido? No primeiro parágrafo termina no artigo 6.º e no segundo em vez de ser ponto e vírgula, passa a ser vírgula incluindo o sistema informático. Todos apanharam? Todo o resto continua na mesma.

Vamos submeter à votação o preâmbulo, com as alterações introduzidas.

Submetido à votação, foi aprovado, com 27 votos a favor e 21 abstenções.

Passemos de imediato ao artigo único.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, a proposta veio como artigo único e introduzimos um artigo 1.º que substitui o artigo único, com a seguinte redacção:

«Artigo 1.º. Alteração do artigo 6.º.

É alterado o artigo 6.º da Lei n.º 13/2019 de 6 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Março de 2020 que passa a ter a redacção seguinte:

A presente lei entra em vigor assim que forem garantidas todas as condições técnicas e operacionais para o efeito por parte do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul.» Depois temos o artigo 2.º.

O Sr. **Presidente**: — Estamos a apreciar o artigo 1.º, Sr. Deputado.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, não! Como a proposta do Governo tem o artigo único, por isso estou a dizer.

O Sr. **Presidente**: — Está bem.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, temos um artigo 2.º. É só para avisar. Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Pode já introduzir.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Não. É preciso...

O Sr. **Presidente**: — O que vamos apreciar é o artigo único que foi transformado em dois artigos. Pode apresentar, se faz favor.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, respondendo a constatação oportuna do Sr. Deputado Arlindo Ramos.

«Artigo 2.º. Entrada em vigor.

A presente proposta de lei entra em vigor nos termos legais.»

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado Danilo Santos. O artigo único da proposta foi alterado com a introdução de dois artigos. Gostaríamos de ter a redacção para o melhor acompanhamento, desde logo a epígrafe do artigo 1.º deve ser apenas alteração. Estamos a apreciar o artigo 1.º.

Tem palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, artigo 1.º tem como epígrafe, alteração.

«É alterado o artigo 6.º da Lei n.º 13/2019 de 6 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Março de 2020» que passa a ter a seguinte redacção:

«A presente lei entra em vigor assim que forem garantidas todas as condições técnicas operacionais para o efeito por parte do Ministério das Finanças.»

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário, acho que a designação do Ministério também deve ser corrigida, não temos Ministério das Finanças, é preciso pôr corretamente a designação do Ministério, mas poderá ser na redacção final.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, desculpa. Gostaria de pedir ao Sr. Secretário que repetisse a leitura do artigo já corrigido para ver como é que fica.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, no artigo 1.º temos como epígrafe, alteração.

«É alterado o artigo 6.º da Lei n.º 13/2019 de 6 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Março de 2020 que passa a ter a seguinte redacção.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, acho que está errado aquilo que estamos a pôr. Não é alteração que entra em vigor, com efeitos a partir de 1 de Março, é esta lei que altera o artigo 6.º. Ela é que tem que entrar em vigor, com efeitos a partir de 1 de Março.

Quer dizer que não é neste artigo 1.º, mas no artigo 2.º que entra este texto: «A presente lei entra imediatamente em vigor, com efeitos a partir de 1 de Março.»

O artigo 1.º ficaria só: «É alterado o artigo 6.º». Se quiséssemos simplificar poderíamos colocar: «É alterado o artigo 6.º, entrada em vigor, da Lei n.º 13/2019 de 6 de Novembro que passa a ter a seguinte redacção...»

Não é necessário porque só estamos a alterar a entrada em vigor. É só dizer que é alterado o artigo 6.º, da Lei n.º 13, paramos por aí, não podemos seguir mais.

Tratando do que o Sr. Deputado Danilo dos Santos já avançou, a segunda proposta do artigo 2.º passaria a ser: «A presente lei entra imediatamente em vigor com efeito a partir de 1 de Março de 2020 ou em termos legais com efeito a partir de 1 de Março», também pode ser um variante.

O Sr. **Presidente**: — Acho que não temos cá a lei mãe que está sendo alterada para ver qual é o melhor cabimento.

Está colocada a questão, é uma proposta do Sr. Deputado Arlindo Ramos. Estamos a apreciar, reacções.

Tem palavra o Sr. Deputado Danilo dos Santos.

O Sr. **Danilo dos Santos** (MLSTP/PSD): — Mantenho a proposta porque estamos a tratar especificamente da entrada em vigor e precisamos de salvaguardar também o período de 1 de Março até hoje que aprovamos a lei.

Daí que o texto proposto que diz: «É alterado o artigo 6.º da Lei n.º13/2019 de 6 de Novembro com efeito a partir de 1 de Março», julgo que é indispensável para ficar também tudo bem clarinho para não suscitar dúvidas na aplicação, na implementação, depois uns vêm interpretar de uma forma. Acho que esta é a forma de ficar tudo mais claro, temos aqui membros do Governo que também pode nos ajudar nisto.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Deputado Danilo, o efeito da lei de que fala, gostaria de perguntar qual é a lei que tem efeito a partir de 1 de Março?

É a lei que altera a Lei do IVA, ou não?

Não é a lei 13.º. É esta lei que vai alterar, essa é que tem que produzir efeito a partir de 1 de Março porque a lei que estamos a alterar, no artigo 6.º já está a dizer que entraria em vigor a partir de 1 de Março e estamos a alterar essa entrada em vigor. Nesse caso a lei que altera esta entrada em vigor é esta proposta de lei. É ela que tem que ter efeito a partir de 1 de Março porque senão não estamos a fazer nada.

Se vamos pôr que esta proposta de lei entra em vigor nos termos legais, não estamos a fazer nada, só estamos a dizer que esta lei entra em vigor quando for publicada. Meus senhores, vamos analisar friamente o que estamos a fazer.

Estamos a dizer, vamos alterar o artigo 6.º, a entrada em vigor da Lei 13/2019, muito bem, está alterada. A lei que altera esta lei é esta proposta de lei e temos que dizer que esta lei entra em vigor com efeitos a partir de 1 de Março porque é esta lei que está a alterar a outra. Não podemos pôr efeito na outra lei que já está sendo alterada.

O Sr. **Presidente**: — Esta feita a proposta, apreciação dos Srs. deputados.

O Sr. **Danilo dos Santos** (MLSTP/PSD): — É para pedir o Sr. Deputado Arlindo Ramos para avançar outra vez a sua proposta para a pormos de acordo.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Artigo 1.º, epígrafe, é alteração, está correcto. A seguir é alterado o artigo 6.º, entrada em vigor, para ficar subentendido que o artigo 6.º é entrada em vigor da Lei n.º13/2019 de 6 de Setembro, aqui até poderíamos acrescentar, publicada no Diário da República número tal para ser mais claro.

No artigo 2.º vinha: A presente lei entra imediatamente em vigor com efeitos a partir de 1 de Março de 2020.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Deputado Danilo dos Santos.

O Sr. **Danilo dos Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Deputado Arlindo Ramos, temos aqui uma particularidade.

Onde incluiríamos a presente lei entra em vigor assim que forem garantidas todas as condições técnicas e operacionais para o efeito por parte do Ministério das Finanças? Precisamos de completar este parágrafo que está a dizer, podendo meter este complemento é pacífico.

O Sr. **Presidente**: — Mais intervenções. Há duas propostas, qual é que se vai reter? Há duas propostas. A Mesa precisa de uma ou submeter as duas a votação.

Tem palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Gostaria de saber do governo sobre o artigo da entrada em vigor que diz que a lei só entrará em vigor quando todas as condições técnicas e operacionais forem criadas.

Será que esta lei do IVA só pode entrar em vigor quando todas as condições técnicas e operacionais forem criadas?

Sei que durante a sua implementação há problemas que irão sendo superados porque os parceiros podem chegar e dizer que as condições que temos já podemos implementar a lei, mas a lei de entrada em vigor diz todas as condições, é muito subjectivo.

Se calhar é necessário o governo ver quais são as condições que já existem e tentarmos tirar a palavra «todas», quando forem criadas as condições ou fixar um tempo. Quando é que o Ministério das Finanças vai ter todas as condições. Em nenhum país houve isso, foram criadas todas as condições, não. Haverá sempre problema e vai-se aperfeiçoando.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, apenas para contribuir também.

Primeiro, é preciso termos em atenção que estamos a fazer um exercício, e que parece que todas as bancadas estão a colaborar. Nós já ultrapassamos uma fase, que é fase da questão, ouvi aqui as declarações das bancadas, quanto a necessidade dessa alteração e com a toda disposição que houve sobre FMI e tudo isto. Nesta fase, não vamos voltar atrás, já está ultrapassado.

Estamos agora, é ver em concreto as propostas dos artigos apresentados. Quando havia dito que sintome ultrapassado, é que pareceu-me que o Deputado Danilo, se a questão de todas as condições ficar claro, ele também concordaria com a proposta do Deputado Arlindo Ramos. Pareceu-me haver um consenso, por isso é que eu disse que está ultrapassado. Porque se não estiver ultrapassado, eu quero colaborar com aquilo que disse o Deputado Arlindo Ramos, como jurista de profissão.

Porque há duas questões Sr. Ministro: Há a Lei que existe que está sendo alterada e há a Proposta de lei e entrada em Vigor das duas coisas.

Há entrada em vigor da aplicação da Lei que está sendo alterada, é que nós vamos alterar. Em vez de entrar em vigor «1 de Março de 2020», passa «até que as condições estejam criadas». Depois há «entrada em vigor» dessa Proposta de lei se nós aprovamos. Aí é que eu digo que ele tem razão que «a entrada em vigor» tem que retroagir a «1 de Março» porque agora já estamos a 13 de Março. Por isso, é que «entrada em vigor» dessa alteração, Lei da Alteração retroage a «1 de Março». No fundo é, se o Governo tivesse introduzido ou feito esse expediente antes, não haveria essa discussão. Essa discussão só está havendo porque houve esse reconhecimento, porque o Governo já reconheceu o seu erro e estamos aqui a fazer esse exercício. Há duas entradas em vigor porque há duas leis. Uma lei, que é a Lei de IVA, já aprovada, suspendemos a «entrada em vigor», para quando as condições estarem criadas. Esta Lei que veio alterar essa Lei também tem que entrar em vigor. Ela não pode entrar hoje, porque se não fica um espaço de tempo que não existe nenhuma lei que regula, então ela retroage no a «1 de Março».

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado pela contribuição. Estamos a espera do texto final, texto de convergência. Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, conformando as propostas: Artigo 1.º Alteração. É alterado o artigo 6.º da Lei n.º 13/2019, de 6 de Novembro até a conclusão das condições técnicas operacionais pertinentes para o efeito por parte do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

Artigo 2.º Entrada em vigor. A presente Lei entra em vigor, com efeitos a partir de 1 de Março de 2020.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, está feita a alteração, propostas convergentes entre o Sr. Deputado Arlindo Ramos e os proponentes do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD. Não havendo mais intervenções, vamos submeter o artigo 1.º a votação.

Submetido à votação, foi aprovado com 28 votos a favor e 20 abstenções.

— É a seguinte: «É alterado o artigo 6.º da Lei n.º 13/2019, de 6 de Novembro até a conclusão das condições técnicas operacionais pertinentes para o efeito por parte do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul».

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa):— «Artigo 2.º. Entrada em vigor. A presente lei entra em vigor, com efeitos a partir de 1 de Março de 2020.»

O Sr. **Presidente**:— Está entendido? Nenhuma intervenção? Vamos submeter à votação.

Submetido à votação, foi aprovado, com 28 votos a favor nenhum votos contra e 20 abstenções

Srs. Deputados, passamos à votação final global.

Submetido à votação, foi aprovado, com 27 votos a favor, sendo 22 do MLSTP/PSD e 5 do PCD/MDFM-UDD, e 21 abstenções, sendo 20 do ADI e 1 do MCI.

Passemos à apreciação do segundo ponto da ordem do dia.
Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa):— Sr. Presidente, o segundo ponto de ordem do dia tem a ver com a introdução e alteração feita esta manhã, decido pelo plenário a criação da Rede de Jovens Parlamentares de São Tomé e Príncipe, que fará parte da CPLP. Parece temos um Projecto de Resolução, não sei se pudéssemos avançar ou...

O Sr. **Presidente**:— Portanto, temos um Projecto de Resolução, que Cria a Rede dos Jovens Parlamentares de AP-CPLP. Essa Proposta advém de uma solicitação feita pelo Presidente da Assembleia parlamentar da CPLP, que é simultaneamente o Presidente do Parlamento Cabo-verdiano, Jorge Santos.

É necessário ler a carta do Presidente Jorge Santos ou podemos avançar? Não é necessário. Então vamos fazer a leitura do projecto de resolução. Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para fazer a leitura do projecto de resolução.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa):— Sr. Presidente, passo à leitura do «Projecto de resolução n.º 66/XI/3.ª/2020 – Cria a Rede dos Jovens Parlamentares de São Tomé e Príncipe».

«Preâmbulo.

A Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe é membro efectivo da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP), instituída desde 2 de Novembro de 2007, em Lisboa – Portugal, pelo XII Conselho de Ministros da CPLP, constituída na sua primeira reunião em São Tomé e Príncipe, entre os dias 27 e 28 de Abril de 2009, e composta por vários órgãos e organismos que reúnem as representações de todos os Parlamentos da Comunidade.

Na sua última reunião, a IX AP-CPLP, realizada em Luanda – Angola, de 8 a 10 de Julho 2019, foi aprovada a segunda alteração aos seus Estatutos, permitindo o aditamento dos artigos 5.º-A e 20.º-A, dentre outros, para a instituição da Rede de Jovens Parlamentares da AP-CPLP como seu organismo, por considerar a necessidade de se fortalecer a participação efectiva dos Jovens nas políticas de desenvolvimento da CPLP, designadamente no quadro da realização dos objectivos de desenvolvimento sustentável (ODS).

Tornando-se necessário que a Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe disponha de instrumentos legais que instituem a Rede Nacional de Jovens Parlamentares e regulem o seu funcionamento, composição e elenco, evidenciando uma melhor representatividade da juventude são-tomense, que constitui a maior parte da população nacional;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º. Criação.

É criada a Rede dos Jovens Parlamentares de São Tomé e Príncipe, adiante designada por RJP-STP, a qual deve integrar todos os Deputados à Assembleia Nacional, tendo efectivos como suplentes, com idade não superior aos 45 anos.

Artigo 2.º. Objectivos.

A RJP-STP prossegue os seguintes objectivos:

Alínea a) Incentivar a representação e a acção dos jovens na Assembleia Nacional;

Alínea b) Estimular as trocas de experiência entre os parlamentares e promover a solidariedade entre os jovens em geral;

Alínea c) Zelar para que os parlamentares considerem os direitos e as solicitações dos jovens, tendo em perspectiva do respeito dos Direitos Humanos e uma melhor distribuição das oportunidades;

Alínea d) Apoiar a participação dos jovens em todas as esferas nacionais e criar mecanismos de comunicação das actividades dos Jovens Parlamentares;

Alínea e) Fortalecer a participação efectiva dos Jovens nas políticas nacionais de desenvolvimento, designadamente no quadro da realização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Alínea f) Reforçar a coordenação dos trabalhos do Parlamento Infanto-Juvenil de São Tomé e Príncipe;

Alínea g) Promover intercâmbio e acções de cooperação com Redes homólogas.

Artigo 3.º. Direcção.

1. A RJP-STP é dirigida por um Presidente e um Secretário, eleitos dentre os cinco Deputados mais jovens que se encontrem em efectividade de funções.

2. O Presidente e o Secretário da RJP-STP são membros efectivos do Grupo Nacional junto à AP-CPLP e, por inerência de funções, integram a Rede de Jovens da AP-CPLP.

3. A Direcção da RJP-STP é designada por Despacho do Presidente da Assembleia Nacional, conforme a sua acta electiva.

Artigo 4.º. Entrada em vigor

A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 11 de Março de 2020.

O Presidente da Assembleia Nacional, Delfim Santiagodas Neves.»

Todavia, Sr. Presidente, porque o preâmbulo faz referência a questão da composição, a Mesa entende também que nesta proposta de resolução, não foi distribuída pelos Srs. Deputados, deveríamos ter um artigo que faz a referência a composição, porque os Grupos Parlamentares já enviaram esses nomes. Por isso a nossa proposta é manter o artigo 1.º, «Criação», logo a seguir artigo 2.º seria a «Composição», passaria a ler a proposta:

A RJSTP é composto pelos seguintes Srs. Deputados:

Efectivos: Ekneide dos Santos, Anaydi Ferreira do Grupo Parlamentar do ADI; Eláccio Afonso da Marta e Aysa Fortes da Silva do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, Danilson Cotú do Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD.

Suplentes: Salcedas d'Alva Teixeira Barros do Grupo Parlamentar do ADI, Marcelo Lopes de Andrade Boa esperança do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD e Jamiel Joana Segunda da Coligação PCD/MDFM-UDD. É essa alteração, porque no texto inicial não tem a composição.

O Sr. **Presidente**:— Muito obrigado. Feita a apresentação, estamos a apreciar na generalidade com uma introdução. O actual artigo 2.º vai ser o artigo 3.º. Há um novo artigo 2.º que é a «Composição».

Temos que esclarecer, segundo os Serviços todos os parlamentares que têm idade não superior a 45 anos fazem parte da lista. Os cinco membros que foram solicitados às duas missões em concretos. Primeiro para eleger a direcção, segundo para um missão que vai haver em Cabo Verde. Por isso, pedimos sempre os mais novos, porque depois é igual a rede das mulheres parlamentares. Portanto, todas as mulheres fazem parte da rede, independentemente da idade por serem mulheres. No caso do parlamento jovem não pode ter idade superior a 45 anos. Logo não é necessário introduzirmos «o artigo 2.º, A Composição», porque teria todos deputados com a idade inferior a 45 anos, portanto a proposta inicial mantém.

O Sr. **Presidente**:— Portanto, estamos a apreciar na generalidade. Alguma intervenção? Tem a palavra o Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI):— Sr. Presidente, a minha questão é mesmo na generalidade, obviamente, que diz-me respeito enquanto deputado, mas não enquanto membro da rede, já ultrapassei essa faixa etária. Mas num bilateral aqui com a colega Deputada Beatriz, primeiro é saber, a idade de 45 se é estipulado já pela associação ao nível internacional nessas organizações, para o Deputado jovem 45, isso é a primeira pergunta. Depois a outra questão, as estas que faz mais espece, gostaria de ter explicação. Porquê que não dizemos que todas as senhoras e todos os senhores deputados, com idade até 45 anos são membros e depois já não podem ser candidatas.

Para ser candidatas tem que ser os cinco mais novos, eu acho que é uma questão de injustiça. Se são membros, todos devem ser candidatas ao presidente ou secretários. Não pode impedir, dizer que sou membro, mas estou impedido de ser Presidente ou de ter um exercício no órgão. Por isso quando se diz, todos até 45 anos são membros, sendo membro efetivo, então tenho direito de concorrer se eu quiser ser candidato. Eu entendo a lógica, então nós estiquemos para 45 anos! Então se a ideia é os mais novos dos mais novos, então não pomos 45 anos! Pomos então 35 ou 30 que limita isso. Agora, não podem dizer que sou membro de uma organização, mas cortar-me o direito de candidatar a ser presidente dessa organização.

O Sr. **Presidente**:— Muito obrigado Sr. Vice-Presidente, a primeira questão tem a ver com nota que recebemos da AP-CPLP, que estabelece o máximo de 45 anos. Portanto, é a organização que estipulou a idade máxima. Quanto a segunda questão, tem toda a razão até para a questão de representatividade do mosaico parlamentar. Quando colocamos aqui, «dentre os mais jovens», os mais jovens podem ser apenas de um grupo parlamentar.

O equilíbrio que se estabelece no órgão colegial, se um grupo parlamentar tiver presidente o secretário terá que ser do outro grupo parlamentar. Logo, não se pode colocar aqui a questão de mais jovem. Deixemos que os cinco elegem entre eles a direcção, mas ter em conta a questão de representatividade parlamentar. Se um grupo parlamentar eleger o presidente, o secretário terá que ser necessariamente de ser do outro grupo parlamentar, por outro lado ter a questão de género, para não muscular muito a direcção, nem mais a norte, nem mais ao sul. Não podemos ter as duas senhoras deputadas na direcção, apenas essas duas, também não poderá ser dois jovens na direcção excluindo as senhoras. Portanto, é essa questão que devemos ter em conta no momento da eleição da direcção.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI):— Depois de ouvir Presidente, fiquei agora com mais uma pequena dúvida. Quando diz os cinco para eleger.

O Sr. **Presidente**:— Não! Todos.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI):— Todos, não os cinco. A questão dos cinco, na minha opinião, está errada. Isto é, se são todos os deputados com a idade até 45 são membros, e é o que estipula. Então a eleição tem que estar aberto a todos, não só os cinco! Os cinco mais novos não podem decidir sobre quem vai ser. Isso é minha opinião! Todos os membros, homens e mulheres devem eleger e ser eleitos, devem ter esse direito. Acrescento mais, quando eu usei da palavra pela primeira vez não o disse e o Presidente fez referência e muito bem, quanto à questão da representatividade e de género.

Traria mais um outro elemento que é, correríamos o risco, porque queremos a representatividade por excelência, de excluir pessoas com capacidades de representar São Tomé e Príncipe a nível internacional, que um mais novo não tem capacidade. Não significa que os mais velhos têm mais capacidade e mais novos têm menos capacidades! Não! Mas poderíamos correr este risco. Correr o risco de pessoas com mais capacidades de nos representar bem, não poder ser eleito. Por isso, é que eu voto a dizer, todos e todos tem o direito de se eleger e serem eleitos.

É como a eleição. Aos 18 anos, uma pessoa pode ser deputado, ela tem direito de ser eleita e de se eleger. Por isso, não limitar aos cinco, esse cinco é que eu não estou a perceber porquê é que se vai buscar os cinco, se todos são membros. Então, no dia em que houver a eleição, os grupos parlamentares escolherão os seus, isso está bem. Não estou a questionar a questão dos cinco que vão agora deslocar, os grupos parlamentares podem decidir e escolher os cinco. Ainda não existe a rede, mas havendo a eleição todos os deputados até 45 anos são chamados a participar no acto eleitoral.

O Sr. **Presidente**:— Muito obrigado o Sr. Vice - Presidente pela contribuição, aí temos dois problemas. Então o ponto n.º2 do artigo 1.º também deve ser suprimido.

Diz o seguinte, «O Presidente e o Secretário da RJP-STP são membros efectivos do Grupo Nacional junto à AP-CPLP e, por inerência de funções, integram a Rede de Jovens da AP-CPLP». Porquê? Se for assim, significa que dentre os cinco sinceramente tem que ser os dois. Porque nesta missão que vai haver em Cabo Verde, é exactamente para constituir a Rede Parlamentar da CPLP.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI):— Eu não percebi.

O Sr. **Presidente**:— A missão que vai haver em Cabo Verde é que vai constituir a Rede Parlamentar da AP-CPLP. O que estamos agora a constituir é a rede parlamentar de São Tomé e Príncipe. As bancadas já indicaram os membros que vão participar em Cabo verde, foram por mais novos, penso eu. Sendo mais abrangentes o artigo 2.º, não sei se é o parágrafo segundo ou se é o número 2, aqui não diz nada.

O Sr. **Secretário da Mesa**:— É o número 2.

O Sr. **Presidente**:— É o número 2 mesmo, diz o seguinte: O Presidente e o Secretário da são por inerências de funções membros da AP-CPLP. Significa que temos que alterar então depois das eleições alterar a lista. Porque se não forem estes a serem eleitos não poderão ir para Cabo Verde, porque já são membros efectivos da AP-CPLP. Significa que eles têm que ir necessariamente para Cabo Verde. Tem a palavra o Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI):— Sr. Presidente, não querendo cortar o Deputado que pediu a palavra, mas ainda nessa lógica, dizer que não há contradição nenhuma. Aquele que for eleito Presidente, como diz o n.º 2 O presidente e o secretário, são membros da juventude da AP- CPLP. O que eu estou a dizer aqui, na eleição são todos, que devem fazer parte de esse acto eleitoral.

Todos podem eleger e todos podem candidatar para serem eleitos. Sendo eleito, o órgão nacional o Presidente e o Secretário são automaticamente por inerência de função membros da AP-CPLP da rede jovem. A questão da deslocação agora em Cabo Verde pode ser, entre aspas, enquanto não se resolver a questão da eleição. Enquanto não se eleger aqui as bancadas podem indicar mas eles podem de per si já serem membros da AP-CPLP, porque eles ainda não sabem se vão ser eleito. Então se elejam antes da deslocação, para saber já quem vai como presidente e secretário.

O Sr. **Presidente**:— Muito bem, é exactamente isso que queremos evitar, porque as bancadas já indicaram pessoas para deslocação. Mas sendo assim, temos que alterar isso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI):— Sr. Presidente, mas é necessário que fique claro para esclarecimento, que quando recebemos a indicação da Mesa, não veio com indicação para escolher os elementos para

viajarem. A Nota foi para que cada Grupo Parlamentar indicasse dois nomes para compor os cinco que fizessem parte da rede. Hoje a explicação é que todos os Deputados com idade não superior a 45 anos fazem parte da rede.

Estou em linha com a intervenção do Sr. Deputado Levy Nazaré, que deve ser assim. Todos os Deputados que fazem parte da Rede devem participar na eleição. Eu não tenho a idade ainda dos 45, mas também não me candidato, eu penso que devemos dar oportunidade aos outros Deputados. Mesmo assim, é um direito que assiste, sendo membro da rede escolher quem os representa. Eu penso que houve um pecado, foi a comunicação da Mesa, que deu-nos uma indicação e agora o Presidente está a dar outra.

O Sr. **Presidente**:— Vamos ler a carta que veio de Cabo Verde para clarificar.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa):— Para informar Srs. Deputados que, a carta veio de Cabo Verde por ser o Presidente, não só do Parlamento Cabo-verdiano como também, da AP-CPLP datada de 28 de fevereiro de 2020.

«Com a revisão do Estatuto da Assembleia Parlamentar da CPLP, que aconteceu em Angola, em Julho de 2019, foi criada a Rede de Jovens Parlamentares da CPLP. Neste contexto, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Grupo Nacional de Cabo Verde à AP-CPLP propõe organizar a primeira reunião de Rede de Jovens Parlamentares da CPLP, a ter lugar na Cidade da Praia, nos dias 6 e 7 de Abril de 2020, sob o alto patrocínio da Assembleia Parlamentar da CPLP. A referida reunião será uma oportunidade para formalizar a criação da Rede e a elaboração do respectivo Estatuto.

No quadro da organização da 1.^a Reunião de Jovens Parlamentares, cada Parlamento é convidado a participar, indigitando de três a cinco parlamentares, com idade não superior a 45 anos, com representatividade política diferenciada e tendo em conta a paridade. Assim sendo, na qualidade do Presidente da Assembleia Parlamentar da CPLP, agradece a Vossa Excelência a indicação dos parlamentares da Assembleia da República Democrática de São Tomé e Príncipe, 2 de Fevereiro de 2020.

O Presidente da AP-CPLP, Jorge Pedro Maurício dos Santos.»

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Maiquel do Espírito Santo.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, nesta senda de alterações e pautando pela coerência, o artigo 3.º, Direção, diz: «A RJP é dirigida por Presidente e um Secretário, eleitos dentre os cinco Deputados mais jovens que se encontrem em efetivamente de funções». Por exemplo, quando queremos trabalho da Mesa, pedimos Deputado mais novo, Deputado mais novo, mas quando é para coisas em que podíamos ser um pouco mais coerentes, acaba por não existir o mais novo, ou então o posicionamento acaba por ser diferente. Nós conhecemos os cinco Deputados mais novos da Casa Parlamentar, sendo que um ou outro podia estar incluído, mas não está.

Sr. Presidente, eu peço que peça aos Serviços, de modo que se conheça os mais novos. Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Não há muita confusão. A única questão é que foi introduzida na resolução, até pelos serviços, a questão de mais jovem, enquanto que a Casa Parlamentar de Cabo Verde não dizia mais nem menos jovem. Só limitou a idade.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Então, quem colocou isso aqui?

Uma voz: — Os serviços.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Sr. Presidente, eu gostaria que pedisse ao Sr. Secretário para repetir a lista que foi apresentada, dos cinco Deputados, os efetivos e os suplentes, para depois eu fazer a minha intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Vamos fazer as duas leituras em simultâneo. Vamos ler a proposta vinda de diferentes grupos parlamentares e também a lista dos Deputados que ainda não têm 45 anos, para concluir o processo.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Do Grupo Parlamentar do ADI, na carta assinada pelo Líder Parlamentar, datada do 12 de Março, foi proposto o Sr. Deputado Ekeneide Lima dos Santos e a Sra. Deputada Anaydi dos Prazeres, e agora em contato com o Líder Parlamentar o suplente seria o Deputado Salcedas Barros.

Da parte do MLSTP/PSD, o ofício datado do 10 de Março, há proposta dos Srs. Deputados Elákcio Afonso da Marta e Ayza Fortes, como efetivos, e Marcelo Lopes de Andrade Boa Esperança, suplente.

Da parte da Coligação, na carta datada de 20 de Janeiro, temos a proposta do Sr. Deputado Danilson Alcântara Cotú, como efectivo, e Jamiel Segunda, como Suplente.

Risos.

Relativamente às idades, eu peço atenção, porque se houver algum lapso, os Deputados que vamos anunciar os nomes devem estar atentos às suas idades.

Do Grupo Parlamentar do ADI, a Sra. Deputada Bilaine do Nascimento, 30 de Maio de 1986, 36 anos, Ekeneide Lima dos Santos, 17 de Setembro de 1981, 38 anos, Anaydi dos Prazeres, 25 de Fevereiro de 1981, 39 anos, Salcedas Teixeira Barros, 26 de Agosto de 1977, 42 anos, Abnildo d'Oliveira, 25 de Setembro de 1977, também 42 anos, Adilson Cabral Managem, 9 de Outubro de 1975, 44 anos, André Varela, 30 de Novembro de 1975, 44 anos, e, por último, Celmira Sacramento, 17 de Abril de 1975, também 44 anos.

Do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, Maiquel do Espírito Santo, 7 de Setembro de 1987, 32 anos, Ayza Fortes, 23 de Outubro de 1986, 33 anos, Eláccio Afonso da Marta, 5 de Maio de 1986, 33 anos, Adelino Cruz José da Costa, 15 de Julho de 1985, 34 anos, Jaime de Menezes, 7 de Outubro de 1983, 36 anos, Cílcio Santos, 21 de Março de 1981, vai completar 39 anos, Aérton do Rosário, 6 de Agosto de 1977, 42 anos.

Do Grupo Parlamentar da Coligação, Jamiel Segunda, 4 de Abril de 1984, 36 anos, Danilson Cotú, 7 de Dezembro de 1975, 44 anos.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Um trabalho de casa. Fizemos apanhados de todos os Deputados que ainda não têm 45 anos, são 17. Portanto, o que mandamos para os Grupos Parlamentares tem a ver com a carta que veio de Cabo Verde. Portanto, a Rede terá 17 membros, dentre os 17 irão eleger um presidente e um secretário, antes da viagem.

Como se trata duma composição em que se deve ter em conta o mosaico parlamentar, cada Grupo sabe quem deve ou quem quer que seja presidente ou secretário, porque eles, por inerência, irão participar na missão em Cabo Verde, onde se irá constituir a Rede Parlamentar Jovem da CPLP.

A questão de ser uma composição de dois membros, é verdade que será do ADI e do MLSTP/PSD, não restam dúvida. Agora, isso de ser presidente ou secretário vai depender dos votos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Sr. Presidente, eu tomo a palavra para poder apelar que quando fazem alguma escolha ou dão algum mérito, que seja pela justiça. Justiça social, justiça nacional, temos que tomar em consideração São Tomé e Príncipe. Por que é que Caué tem que ser sempre suplente?

Uma voz: — É verdade. Ele é o mais novo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Porquê?

Eu venho trazer esse apelo em termos de solidariedade para com o Deputado Jamiel.

Uma voz: — Jamiel.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Jamiel, chamamos Jamiel, nome de carinho, para se tomar em consideração a representação dos Deputados a nível nacional. Uns distritos têm mais e outros têm menos, outros que estão lá mais estão como suplente, e toda gente sabe como é ser suplente, como são os suplentes dos carros. Enquanto o pneu que está a girar não furar...

Risos.

... os suplentes não saem do lugar onde estão, onde se encontram. Muitas vezes é lá na bagageira, muitas vezes é pendurado na costa da porta de trás do carro.

Em termos de solidariedade para com o meu colega Deputado Jamiel, que mude de posição, por favor. Isto levanta o ânimo do povo de Caué. Nós também queremos ser reconhecidos lá fora, já que não somos reconhecidos aqui no nosso próprio país. Sejamos honestos, minha gente! Eu não estou contra a eleição de ninguém, mas que existe injustiça social, injustiça nacional, existe neste país, e nós devemos dar um basta nesta situação! Devemos dar um basta!

Sr. Presidente, já que estou no uso da palavra, eu já tinha feito o apelo aqui nesta Casa Parlamentar várias vezes, mas nunca foi tomado em consideração. Eu tinha apelado a que, quando estão a realizar algum evento aqui dentro desta Casa Parlamentar, não pense apenas nos Deputados que residem em Água Grande, mais próximo aqui da cidade capital. Pense em nós que deslocamos. Pergunte a que horas nos levantamos em nossa casa, para estarmos aqui até esta hora, sem um chá. Pense em nós. Eu sou doente de estômago. Há 5 anos, quando eu vim para a Assembleia Nacional, eu não tinha nada disso. Hoje

sou hipertensa, há 5 anos eu não sabia o que era hipertensão. Onde é que eu apanhei essas enfermidades? Foi aqui nesta Casa Parlamentar...

Risos gerais.

... apanhei sim, sim, sim! Apanhei! Falo isso em todos os lugares onde vou. A Assembleia Nacional não contribui com nenhum centavo para a compra de medicamentos, para essas enfermidades dos Deputados. Eu não sei se alguma parte tem recebido.

Sr. Presidente, são todas essas situações, o senhor é pai, nosso pai, representando a Assembleia Nacional, vela pelo valor, pela qualidade dos Deputados, porque não falta muito, um deputado vai cair aqui na Sala, com problemas, e eu não gostaria de culpar o senhor por esse acontecimento.

Por isso, mais uma vez, faço apelo, rogo se for possível, não pense nos Deputados que chegam aqui às dez e tal, quando a plenária está marcada para às 9 horas, e nós que estamos aqui há muito tempo temos que estar na morna, no samba, a tocar e dançar o toque que cada um nos impõe, colocando-nos sempre no mesmo lugar. Quando é para colocar-nos no mesmo lugar, colocam-nos como suplente.

Muito obrigada.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

Antes de passar a palavra a outros intervenientes, devo informar o seguinte: pelo menos, tem sido cuidadosamente uma ação da Assembleia Nacional, em várias legislaturas, não só nesta, mas nesta com maior rigor, estabelecer a hora do início, do intervalo e do encerramento das sessões plenárias. Intervalo para o almoço. No entanto, para esta sessão, prevíamos uma duração de 3 horas, portanto, das 9 às 12 horas. Por isso é que a Conferência analisou e viu que não havia necessidade de haver o almoço. Mas nós já vimos que não há sessões de curta duração, e para o futuro é melhor prever sempre 5 horas. Já não irá acontecer. Portanto, penitenciamos-nos por isso, não foi por capricho, mas foi apenas uma projeção, na perspectiva de nós cumprirmos o horário, mas não foi o caso.

A segunda questão, só para elucidar um pouco aquilo que dizia o Vice-Presidente Levy Nazaré. Para esta primeira sessão, nós temos que efetivamente levar pessoas para representar bem a nossa Assembleia Nacional. Não vale a pena sermos cínicos. O cinismo é a pior coisa que rói e mata uma sociedade. O próprio Jamiel Segunda tem consciência disso. A questão de ganhar acabou-se.

Por outro lado, o Sr. Deputado Danilson Cotú, a partir de Dezembro, já não poderá fazer parte da Rede. Portanto, vai ter pouco mais de 10 meses...

Uma voz: — Já tem quarenta quatro e meio.

O Sr. Presidente: — Pois, já tem quarenta quatro e meio. Portanto, em nove meses vai logo subir o Deputado Jamiel Segunda. Não será nunca a roda suplente dum carro, porque um carro novo leva 5 anos até com os mesmos pneus. Então, não será nunca isto.

É apenas para ajudar e não criar esse tipo de situações que temos hoje no País, parecendo que nós, ao invés de termos competência, formamos o País em termos regionalistas. A direção tem que ter pessoas de cada distrito, o ministério tem que ter pessoas cada distrito. Estou sendo muito claro, isto não funciona. Temos que ser solidários, mas também temos que saber medir as capacidades, as competências. Vamos ser claros!

Se a pessoa própria é humilde em dizer que para esta sessão é preferível ir uma pessoa que tenha mais experiência, temos que encontrar um *modus vivendi*. Isso não é excluir um distrito.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — O Sr. Presidente precisa de pôr oportunidades para uns e outros.

O Sr. Presidente: — Sim, já sabemos e compreendemos isso. Portanto, vamos ter em conta a sua preocupação. Se já está esclarecida, vamos evitar esse tipo situações.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. Levy Nazaré (ADI): — Será a minha última intervenção quanto a isto, para nós ultrapassamos, logo com uma proposta quanto ao projecto de resolução, já que se apresentou o projeto de resolução e se levantou a questão dos Deputados mais novos ou algo assim. Então, o artigo 3.º seria que a Rede é dirigida por um presidente, é uma proposta, e um secretário, eleitos dentre os deputados com idade até os 45 anos, ou dentre os Deputados membros da Rede. Basta ter 45 anos para ser membros da Rede. E esse problema fica resolvido, tirando esta questão de deputados com menos idades ou mais novos e tal. É Deputado membro da Rede e o problema fica resolvido.

Quanto ao ponto dois que o Presidente citou, não. Está muito bem e está claro. O presidente e os Secretários são membros efetivos do grupo nacional, junto à AP-CPLP. Logo, se ele é eleito aqui a nível nacional, automaticamente, por inerência de funções, é membro da AP-CPLP. Não significa que seja só eles que viajam numa missão. Podem ir cinco membros da Rede, mas eles é que são membros da AP-CPLP. Isto é, em questão lá de eleições, eles é que votam, pois todos membros não têm direito a voto, não

têm direito a participar nalgumas reuniões, porque eles é que são membros efetivos da AP-CPLP. Logo, o problema fica resolvido.

Obrigado, Presidente

O Sr. **Presidente**: — Não há qualquer dúvida. A dúvida é se não se eleger, antes da missão. Portanto, assim temos que fazer a eleição antes da missão.

Há uma alteração, o Deputado propôs alteração, acho que é consensual. Alguém tem alguma objeção? Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Tenho uma crítica a fazer à Mesa, Sr. Presidente.

É verdade que a Assembleia deve pautar pelos Deputados com maior capacidade, mas eu quero aqui levantar e lembrar duma questão que se passou em Janeiro. Nós, a 2.^a Comissão, fizemos uma formação aqui no País, do Pro-PALOP, e quando a continuidade da formação era para ser em Luanda, quando se enviou os nomes para Mesa da Assembleia, Sr. Presidente achou que não havia representação proporcional, e o Deputado Jamiel foi indicado para ir para Angola, sem sequer ter participado na formação aqui em São Tomé. A nota não falava de representação parlamentar, falava daqueles que participaram na formação, preferencialmente. Mas enfim, Sr. Presidente, eu também aposto na qualidade, mas é preciso ter critério único para essas coisas. Tratar as coisas duma forma igual para toda gente.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado. Uma coisa é prioridade das pessoas que fizeram formação, outra coisa é o equilíbrio da deputação, o que está no Regimento. Portanto, são coisas completamente distintas. Na verdade, se fossem dois membros, se o Grupo Parlamentar da Coligação não se fizesse representar, naturalmente iam as pessoas que passaram pela formação. Neste caso, o problema não está em quem passou pela formação ou não. É questão de representatividade, e está também no Regimento.

Portanto, vamos submeter à votação a proposta do senhor Vice-Presidente, passará a ser, neste caso, «...é dirigida por um presidente e um secretário, eleitos dentre os deputados membros da Rede, que se encontrem em efetividade de funções». Na verdade, se um dos membros não tiver em efectividade de funções, não poderá ser eleito presidente nem secretário. Certo?

Portanto, estamos a apreciar na generalidade, podemos submeter à votação?

Uma voz: — De quê?

O Sr. **Presidente**: — Da resolução. Projeto de resolução que cria a Rede dos Jovens Parlamentar de São Tomé e Príncipe.

Vamos passar à votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. **Presidente**:— Vamos apreciar na especialidade, artigo por artigo.

Preâmbulo, alguma proposta de correção ou emenda?

Também não é o caso, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. **Presidente**: — Artigo 1.^o. Criação. É preciso ler de novo? Todos têm uma cópia do Diário, portanto, não é necessário ler de novo.

Nenhuma proposta de emenda, alteração, correção?

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. **Presidente**:— Artigo 2.^o. Objetivos.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Isso pode ficar para a Comissão de Redação, é pôr as alíneas e os números. Isto pode ficar, não para fazermos aqui, mas no momento da redação final.

Apenas isto.

O Sr. **Presidente**:— Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente. Por acaso a proposta tem as alíneas e os números, mas na impressão no Diário não saiu. Portanto, vamos ver na redação final.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. **Presidente**:— Artigo 3.^o, com as alterações introduzidas no número 1.^o. Portanto, «a RJPSTP é dirigida por um presidente e um secretário, eleitos dentre os deputados membros da Rede, que se encontrem em efetividades de funções».

Alguma objeção?

Não é o caso, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. **Presidente**: — Artigo 4.º. Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. **Presidente**: — Passemos de imediato à votação final global.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. **Presidente**:— Tendo em conta que a missão será realizada ainda dentro do período de férias e havendo necessidade de se eleger a direção, antes da missão, proponho que os Membros da Rede, nesse caso todos os Deputados com menos de 45 anos, possam reunir na próxima Terça-feira às 11 horas, na sala 3 da cave, para elegerem a respectiva direção, neste caso, o Presidente ou Vice-Presidente. A reunião será presidida por um dos Vice-Presidentes, depois vamos informar, e o Secretário da Mesa.

Portanto, na Terça-feira, às 11 horas, na cave. Estão todos informados, aqueles que não estão presentes o Grupo Parlamentar fará este trabalho de passar a mensagem.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a sessão.

Obrigado, Srs. Deputados.

Eram 15 horas e 25 minutos.